



11 DE JULHO DE 2018

Quarta-feira

- PRODUÇÃO INDUSTRIAL CAI EM 14 DOS 15 LOCAIS PESQUISADOS EM MAIO PELO IBGE
- NOVA LEI DE INFORMÁTICA DEVE LIBERAR BILHÕES PARA INOVAÇÃO
- É URGENTE INVESTIR EM INOVAÇÃO NO BRASIL, DIZ GIANNA SAGAZIO
- EMPRESÁRIOS JÁ PODEM SE CANDIDATAR PARA MISSÃO QUE VAI BUSCAR MERCADOS NA ÁSIA
- BRASIL AVANÇA, MAS AINDA PERDE PARA SEUS VIZINHOS
- EMPRESAS REDUZEM CONTA DE LUZ COM GERAÇÃO PRÓPRIA
- INDÚSTRIAS DE MT E PR FORAM AS MAIS AFETADAS POR PARALISAÇÃO DE CAMINHONEIROS
- SENADO APROVA PROJETO QUE REINCORPORA EMPRESAS AO SIMPLES POR UNANIMIDADE
- SENADO APROVA PROJETO QUE PODE REINCLUIR 313 MIL EMPRESAS NO SIMPLES
- FAZENDA TENTA BARRAR NOVOS INCENTIVOS FISCAIS
- REFIS DA MPE TEVE ADEÇÃO DE 386,1 MIL PEQUENAS EMPRESAS
- ESOCIAL PASSA A VALER PARA TODAS AS EMPRESAS DO PAÍS A PARTIR DE 16 DE JULHO
- MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E MEI COM EMPREGADOS PODERÃO INGRESSAR NO ESOCIAL A PARTIR DO MÊS DE NOVEMBRO
- CERTIFICADO DIGITAL NO ESOCIAL SÓ É EXIGIDO PARA QUEM JÁ TINHA ESSA OBRIGAÇÃO
- SEGUNDA FASE DO ESOCIAL MARCA NOVO CICLO DE CRESCIMENTO NA CONTABILIDADE
- ARTIGO: A REFORMA TRABALHISTA JÁ DÁ SEUS FRUTOS
- COMISSÃO QUE ANALISA PEC DA REFORMA TRIBUTÁRIA REALIZA AUDIÊNCIA PÚBLICA
- COMISSÃO ESPECIAL DISCUTE RELATÓRIO SOBRE PORTABILIDADE DA CONTA DE LUZ
- ARTIGO: BRASIL SUBMERGINDO NA TORCIDA

- FAZENDA E CÂMARA ESTUDAM MUDAR TRIBUTAÇÃO DE FUNDOS EXCLUSIVOS
- IGP-M NA 1ª PRÉVIA DE JULHO FICA EM +0,41% ANTE +1,50% NA 1ª DE JUNHO, DIZ FGV
- IPC-FIPE AVANÇA 0,63% NA 1ª QUADRISSEMANA DE JULHO
- JURO DO CRÉDITO CAI PARA PESSOA FÍSICA E EMPRESAS EM JUNHO
- ATIVIDADE DO COMÉRCIO SOBE 6,3% NO 1º SEMESTRE, DIZ SERASA
- B3: VOLUME MÉDIO DIÁRIO NO SEGMENTO BOVESPA SOBE 69,5% EM JUNHO ANTE JUNHO/2017
- DÓLAR SOBE E OPERA PERTO DE R\$ 3,82 COM PIORA DA TENSÃO COMERCIAL
- ROTA 2030 É POSITIVO, MAS SETOR NÃO RETOMA TAMANHO PRÉ-CRISE NO MÉDIO PRAZO, DIZ MOODY'S
- COM FINANCIAMENTO CARO, CONSÓRCIOS GANHAM ESPAÇO
- PREÇO MÉDIO DA GASOLINA NAS REFINARIAS SOBE 0,78% NESTA QUINTA-FEIRA
- FIEMG QUER MOBILIZAÇÃO DE EMPRESÁRIOS PARA BARRAR MP DOS FRETES
- BYD EXPANDE PRESENÇA NO MERCADO GLOBAL DE ÔNIBUS ELÉTRICOS
- LIBRELATO ENTRA NO MERCADO DE AUTOPEÇAS COM CONCEITO PREMIUM
- VOLKSWAGEN SOBE PREÇOS E REDUZ VERSÕES NA LINHA 2019 DE 5 MODELOS
- GRUPO VOLKSWAGEN ANUNCIA MUDANÇAS NA GESTÃO
- NISSAN ADMITE NOVA FALHA EM MEDICÕES DE EMISSÕES NO JAPÃO
- VENDAS DE VEÍCULOS SEMINOVOS CAEM 50% NO 1º SEMESTRE; OS DE 4 A 8 ANOS LIDERAM

CÂMBIO		
EM 11/07/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,859	3,860
Euro	4,523	4,525

Fonte: BACEN

Produção industrial cai em 14 dos 15 locais pesquisados em maio pelo IBGE

11/07/2018 – Fonte: G1

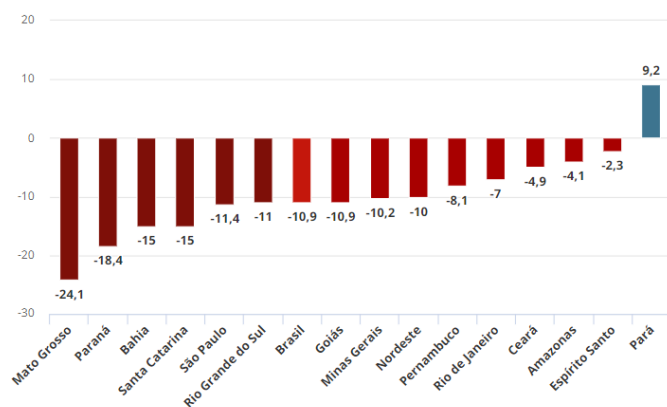
Resultado se deve à greve dos caminhoneiros. Por causa da paralisação, indústria nacional teve o pior desempenho desde dezembro de 2008.

Em maio, a produção da indústria caiu em 14 dos 15 locais pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na comparação com abril. É o que aponta o levantamento divulgado pelo instituto nesta quarta-feira (11).

Segundo o IBGE, o perfil disseminado de queda reflete os efeitos da paralisação dos caminhoneiros. Com a greve, ocorrida nos últimos 11 dias de maio, a produção nacional teve queda de 10,9% na comparação com o mês anterior, o pior resultado desde dezembro de 2008, quando o recuo havia sido de 11,2%.

Varição da produção industrial de maio na comparação com abril

Em seis regiões, queda foi mais acentuada que a média nacional; apenas um local registrou alta.



Fonte: IBGE

O detalhamento regional da pesquisa mostrou que as quedas mais acentuadas da produção industrial foram registradas em Mato Grosso (-24,1%), Paraná (-18,4%), Bahia (-15,0%) e Santa Catarina (-15,0%). São Paulo (-11,4%) e Rio Grande do Sul (-11,0%) também tiveram perdas mais intensas do que a média nacional.

Os demais índices negativos foram registrados em Goiás (-10,9%), Minas Gerais (-10,2%), Região Nordeste (-10,0%), Pernambuco (-8,1%), Rio de Janeiro (-7,0%), Ceará (-4,9%), Amazonas (-4,1%) e Espírito Santo (-2,3%).

Somente o Pará alcançou desempenho positivo de sua indústria em maio, com alta de 9,2% da produção na comparação com abril. Segundo o IBGE, o resultado da indústria paraense eliminou a queda de 8,5% observada no mês anterior.

Efeito calendário

Na comparação com maio de 2017, 12 dos 15 locais pesquisados tiveram taxas negativas. O IBGE apontou que, nesta base de comparação, além da greve dos caminhoneiros também houve influência negativa o efeito-calendário, já que maio de 2018 (21 dias) teve um dia útil a menos do que maio de 2017 (22).

Os resultados negativos mais intensos foram registrados Goiás (-15,7%), Mato Grosso (-14,7%), Bahia (-13,7%), Paraná (-12,0%), Rio Grande do Sul (-10,8%) e Região Nordeste (-10,3%). As demais quedas foram no Ceará (-9,7%), Santa Catarina (-8,2%) e Minas Gerais

(-7,3%), Espírito Santo (-5,4%), São Paulo (-4,8%) e Pernambuco (-3,5%). A média nacional na comparação com maio no ano passado foi de -6,6%.

Pará (6,0%), Amazonas (4,5%) e Rio de Janeiro (0,9%) foram os únicos locais com alta na produção na comparação com maio do ano anterior.

Segundo o IBGE, o resultado da indústria paraense foi impulsionado pelo comportamento positivo das indústrias extrativas, sobretudo minérios de ferro em bruto ou beneficiados. Já no Amazonas, a pressão positiva partiu de outros equipamentos de transporte (motocicletas e suas peças e acessórios) e coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (gasolina automotiva e gás liquefeito de petróleo).

Acumulado no ano e em 12 meses

No acumulado de janeiro a maio, oito dos 15 locais pesquisados tiveram alta na comparação com o mesmo período do ano passado. O Amazonas (17,9%) foi o único com avanço na casa de dois dígitos. Os demais resultados positivos foram no Pará (6,6%), São Paulo (5,0%), Santa Catarina (4,0%), Rio de Janeiro (3,6%), Pernambuco (2,3%), Ceará (1,1%) e Rio Grande do Sul (0,2%). A média da indústria nacional foi de 2,0% de alta no acumulado dos cinco primeiros meses do ano.

Tiveram queda Espírito Santo (-5,1%), Goiás (-3,6%), Minas Gerais (-2,2%), Região Nordeste (-1,6%), Bahia (-1,3%), Paraná (-0,9%) e Mato Grosso (-0,4%).

Já no acumulado nos últimos 12 meses, que na média nacional foi de 3,0% frente a 3,9% em abril, dez dos 15 locais pesquisados mostraram taxas positivas, mas 14 apontaram menor dinamismo frente aos índices de abril último.

As principais perdas de ritmo entre abril e maio de 2018 foram no Paraná (de 3,9% para 2,1%), Goiás (de 4,0% para 2,4%), Rio Grande do Sul (de 1,4% para -0,2%), Santa Catarina (de 5,9% para 4,4%), Ceará (de 4,4% para 3,0%), Bahia (de 1,5% para 0,2%), Mato Grosso (de 5,7% para 4,5%) e Região Nordeste (de 0,5% para -0,6%), enquanto Amazonas (de 10,1% para 10,4%) registrou o único avanço entre os dois períodos.

Nova Lei de Informática deve liberar bilhões para inovação

11/07/2018 – Fonte: Bem Paraná

Após recusar, com até uma década de demora, grande parte dos investimentos em inovação obrigatórios feitos nos últimos 10 anos pelas empresas que recebem benefícios fiscais da Lei de Informática, o governo criou novas regras para permitir que as companhias reapliquem esses recursos em pesquisas.

Não há cálculos oficiais sobre a quantia que será reinvestida, mas especialistas e executivos estimam que a soma dos valores rejeitados pode ir de R\$ 1 bilhão a R\$ 5 bilhões.

A mudança foi feita a partir de medida provisória sancionada em junho.

A Lei de Informática, de 1991, permite que empresas que produzem hardwares no Brasil tenham desconto em IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados). Para isso, devem investir 5% de seu faturamento obtido com os itens incentivados em inovação. As 564 empresas que se beneficiam da lei investem cerca de R\$ 1,5 bilhão ao ano.

Para ter a redução no imposto, as empresas realizam seus investimentos e enviam relatórios indicando onde foram feitas as aplicações de recursos. Os documentos são avaliados posteriormente.

Quando o investimento da empresa é glosado, ou seja, rejeitado por não cumprir os requisitos exigidos, valor equivalente deve ser depositado com multa e juros (de 12% ao ano, mais a TJLP, atualmente em 6,6%) no FNDCT, fundo gerido pela Finep.

Originalmente com a função de financiar pesquisa e desenvolvimento, o fundo vem sendo sistematicamente contingenciado para melhorar o resultado das contas públicas.

A demora de até dez anos do governo para avaliar os investimentos das empresas entre 2006 e 2014 terminou em muitas glosas do governo e reclamações das empresas, diz Francisco Tripodi, diretor da consultoria especializada em inovação Pieracciani.

Ele afirma que maior parte dos investimentos das empresas foi rejeitada: "Temos caso de empresa que investiu R\$ 20 milhões e teve apenas R\$ 400 mil aprovados", diz.

Tripodi diz acreditar que, em razão da liberação de novos investimentos, o valor aplicado anualmente a partir da lei (os R\$ 1,5 bilhão) será praticamente o dobro do habitual pelos próximos quatro anos (prazo que as empresas têm para fazer o reinvestimento).

Carina Leão, diretora de relações governamentais da consultoria ABGI, do mesmo setor, confirma o grande número de glosas.

Por outro lado, diz que, antes de aderir ao reinvestimento, a maioria das companhias irá apelar ao Ministério da Ciência fornecendo mais informações e argumentos para que seus projetos do passado sejam considerados inovadores. "Primeiro elas vão tentar defender o que fizeram."

Segundo Leão, a falta de confirmação do governo sobre se considerava ou não os investimentos das empresas adequados à lei nos últimos anos fizeram com que companhias persistissem em erro.

Anderson Jorge, diretor executivo da Abinee (associação do setor eletroeletrônico), diz que a análise dos investimentos feita no ano passado levou em conta critérios atuais para avaliar pesquisas feitas em outro contexto tecnológico.

"Um projeto de aplicativo hoje não é considerado pesquisa, mas, em 2006, era uma tremenda novidade."

Para tornar a avaliação de projetos mais rápida, a lei passou a prever que as opções adotadas pelas empresas sejam avaliadas por uma auditoria independente antes de passarem pelo crivo do Ministério da Ciência.

O ministério disse que não ser possível informar qual o valor das glosas que serão reinvestidas, pois muitas empresas estão em período de contestação. Existe a possibilidade de que muitas recusas sejam revertidas após a apresentação de informações.

A pasta afirma que a demora na avaliação aconteceu, entre outros motivos, pela falta de pessoal e pela metodologia antiga usada para avaliação.

A pasta diz esperar que, com as mudanças na lei, o processo seja mais eficiente. "A fiscalização será realizada 'in loco' e não por meio apenas de um relatório entregue".

Além de poderem aplicar recursos em projetos internos de inovação e em institutos de ciência e tecnologia, a nova legislação prevê que as empresas tenham a opção de direcionar seus investimentos obrigatórios para fundos que apostam em startups.

A mudança é vista como positiva por Isabela Dias, diretora da Anpei, associação que reúne empresas que investem em pesquisa e inovação. "É saudável para o país ter mais empresas de base tecnológica."

É urgente investir em inovação no Brasil, diz Gianna Sagazio

11/07/2018 – Fonte: CNI (publicado em 10-07-2018)

Para a superintendente do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e diretora de inovação da Confederação Nacional da Indústria (CNI), uma das maiores especialistas no impacto da tecnologia na indústria, falta um senso de urgência na sociedade



"Lá fora, a inovação é investimento. No Brasil, é gasto." - Gianna Sagazio

A economista Gianna Sagazio é uma das pioneiras no estudo sobre inovação no Brasil. Nos anos 90, ela participou de uma pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) sobre o impacto da informática nas cadeias produtivas.

Hoje, é diretora da CNI e coordenadora da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), coalizão empresarial sobre o tema. Desde 2016, Gianna já levou mais de 350 empresários e gestores públicos brasileiros para conhecer grandes polos de inovação, como o Vale do Silício, nos Estados Unidos, e o Instituto Fraunhofer, na Alemanha. Em entrevista, ela afirma que o Brasil ainda não vê a urgência de investir em inovação.

REVISTA EXAME - Por que levar empresários a grandes centros de inovação globais?

GIANNA SAGAZIO - A ideia é dar um choque de realidade. Visitamos locais de acesso restrito, como laboratórios nucleares, salas com supercomputadores e linhas de produção digitalizadas. Para executivos de uma grande empresa, ver com os próprios olhos a ciência de ponta vale tanto quanto anos de investimentos internos de inovação.

REVISTA EXAME - Que tipo de mudança já ocorreu após a imersão?

GIANNA SAGAZIO - Recentemente, diretores de uma grande fabricante de calçados brasileira viram um carro ser impresso em 3D num laboratório americano. Até então, a empresa levava um mês produzindo moldes das 4 000 peças que lançam por ano.

Ao voltar ao Brasil, adotaram a impressão 3D e encurtaram várias etapas do processo.

Depois de ir ao Vale do Silício, o reitor da FEI, uma das principais faculdades de engenharia de São Paulo, incluiu conceitos de inovação aberta, típica das startups de lá, na formação dos alunos.

REVISTA EXAME - É possível fazer inovação de ponta no Brasil?

GIANNA SAGAZIO - Nas viagens ao exterior, é normal os participantes acharem tudo uma maravilha e ficarem desanimados por achar impossível replicar a mesma coisa no Brasil. É uma grande ilusão.

Muita gente desconhece a boa estrutura do Brasil para a pesquisa. Só o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) tem 82 centros de pesquisa, que fazem inovação e prestam serviços às empresas. É uma rede tão extensa quanto a do Fraunhofer.

REVISTA EXAME - O que falta para deslançar a inovação brasileira?

GIANNA SAGAZIO - Falta um senso de urgência. O mundo está avançando rapidamente. Aqui, a despesa com inovação ainda é vista como custo por setores do governo. Aí acontecem absurdos, como o veto à isenção fiscal para o financiamento de bolsas de estudo quando foi sancionado o Marco Legal da Inovação [pela ex-presidente Dilma Rousseff, em 2016] para evitar a piora nas contas públicas.

REVISTA EXAME - Como a questão deveria ter sido tratada?

GIANNA SAGAZIO - Nos países inovadores, como Israel e Estados Unidos, inovação é um investimento público. Há uma visão de longo prazo. Não faz sentido cortar bolsas de estudo por causa da conjuntura ruim.

REVISTA EXAME - Alguma política de inovação de longo prazo já teve sucesso aqui?

GIANNA SAGAZIO - Sim. Nos anos 90, a CNI e um grupo de acadêmicos fizeram um estudo sobre o impacto da tecnologia na indústria. Ele é usado até hoje como base teórica para programas como a Parceria de Desenvolvimento Produtivo, em que farmacêuticas recebem incentivos para montar, no Brasil, laboratórios de medicamentos.

REVISTA EXAME - Mas o Brasil segue mal em rankings globais. Por quê?

GIANNA SAGAZIO - O país peca por erros básicos. Não temos a tradição de produzir com frequência os dados utilizados nos rankings de inovação.

Os números ficam defasados, e o Brasil sai mal na foto quando, de fato, não está tão ruim assim. Precisamos entender a metodologia dos rankings, fazer a lição de casa e gerar os dados pedidos.

Empresários já podem se candidatar para missão que vai buscar mercados na Ásia

11/07/2018 – Fonte: Governo do Brasil

Evento empresarial vai prospectar comércio na Malásia, Indonésia e Singapura em outubro. Prazo para se inscrever vai até 20 de agosto

A Câmara de Comércio ASEAN-Mercosul (MACC) já abriu inscrições para empresários brasileiros que desejam participar da missão empresarial que vai buscar mercados na Malásia, Indonésia e Singapura.

Para participar, é necessário [preencher o formulário disponível na página da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos \(Apex Brasil\)](#) e enviar por e-mail para o endereço info@mercosurasean.com. O prazo para se inscrever na missão - prevista para os dias 21 a 30 de outubro - vai até 20 de agosto.

De acordo com a Comex do Brasil, os produtos com maior potencial para comércio nos países prospectados são: alimentos processados; azeite de oliva; óleo de girassol; óleo de soja; azeitonas; vinhos; bebidas; sucos; mel; lácteos; frutas de inverno; frutas cítricas; conservas e derivados; carne congelada; proteína de frango; farinha de osso; audiovisual; fármacos; produtos do mar; de beleza e higiene; artigos veterinários; *máquinas industriais*; equipamentos agrícolas; biocombustíveis; sulfatos; e couros.

[Saiba mais: acesse a programação completa da missão nos três países](#)

Brasil avança, mas ainda perde para seus vizinhos

11/07/2018 – Fonte: EM.com



Boas e más notícias se juntam para o Brasil no Índice Global de Inovação (IGI) 2018, que avalia as condições dessa área vital do desenvolvimento econômico e social em 126 nações.

O país conquistou cinco posições no ranking deste ano, tendo subido do 69º para o 64º lugar. No entanto, faltou fôlego e nessa colocação ainda ficou longe da liderança na América Latina, mantida nas mãos do Chile, em 47º, aspirando também a poeira levantada pelos vizinhos latinos Uruguai, o 62º, e a Colômbia, o 63º.

O ranking, divulgado na manhã de ontem em Nova York, é publicada anualmente pela Universidade Cornell, americana; a famosa escola francesa de administração Insead e pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI).

Em sua 11ª edição, o índice auxilia empresas na tomada de decisões de investimentos, classificando os países com base em 80 quesitos, que vão desde as taxas de depósito de pedidos de propriedade intelectual até a criação de aplicativos para aparelhos portáteis, gastos com educação e publicações científicas e técnicas. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Sebrae são parceiros neste ano.

BOAS IDEIAS

Classificação global de países pelo critério da inovação



Continua depois da publicidade

A Suíça ocupa a primeira posição no IGI, seguida dos Países Baixos, Suécia, Reino Unido, Cingapura, Estados Unidos, Finlândia, Dinamarca, Alemanha e Irlanda. Por sua vez, o Brasil alcançou sua melhor pontuação desde 2014. Há dois anos vivia a estagnação e, agora, entre as áreas em que o país se destacou estão gastos com pesquisa e desenvolvimento (P&D), importações e exportações líquidas de alta

tecnologia; qualidade de publicações científicas; e universidades, especialmente as de São Paulo (USP), Campinas (Unicamp) e a Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Outra novidade é que a China ingressou na lista das 20 principais economias mais inovadoras, ocupando o 17º lugar no ranking. “A classificação da China em 17º lugar representa um avanço para uma economia que vivencia uma rápida transformação guiada por uma política governamental que prioriza a pesquisa e o intenso desenvolvimento da engenhosidade”, diz o documento divulgado pelos organizadores do indicador.

Enquanto os Estados Unidos caíram para a sexta posição, acrescenta o estudo, a China é uma potência da inovação que produziu muitas das empresas líderes em alta tecnologia e das inovações transformadoras do mundo. Os Estados Unidos ocupavam a quarta posição no ano passado.

A liderança almejada pelo Brasil ficou com o Chile na melhor classificação para a região com pontos fortes em qualidade regulatória, matrículas no ensino superior, acesso a crédito, empresas que oferecem treinamento formal, abertura de novas empresas e fluxos de entrada e de saída de investimentos externos diretos. A Costa Rica está na segunda posição da região, com destaque para gastos com educação, acesso a crédito, produção por trabalhador, valor pago por uso de propriedade intelectual, exportações de informações e serviços de tecnologia da comunicação e mídia gráfica e outras mídias.

Em terceiro lugar na região, aparece o México, com destaque para facilidade de obtenção de crédito, fabricação técnica, importações exportações técnicas líquidas e exportações de bens criativos.

“O Índice Global de Inovação é muito importante para a construção e o aperfeiçoamento das políticas de inovação no Brasil, uma vez que aponta nossas oportunidades para melhoria e nossos pontos fortes. Também é um instrumento vital para a definição de novas políticas. Com a nova revolução industrial que está por vir, a inovação ganha um novo peso no desenvolvimento e na competitividade das nações, e o Brasil deve se dirigir para esse caminho”, afirma o presidente da CNI, Robson Andrade.

Pelotão de frente

Os Estados Unidos continuam liderando em inovação na América do Norte. E pelo terceiro ano consecutivo, os EUA ultrapassaram o Reino Unido na qualidade de suas universidades.

Das vinte principais economias em inovação, 11 são da Europa, incluindo as três primeiras: Suíça, Países Baixos e Suécia. A Suíça ocupa a primeira posição no IGI pelo oitavo ano consecutivo. Todas as economias da região do Sudeste Asiático, do Leste Asiático e da Oceania, neste ano, estão classificadas entre as 100 melhores do indicador. As mais bem classificadas são Cingapura (5º), República da Coreia (12º) e Japão (13º).

Empresas reduzem conta de luz com geração própria

11/07/2018 – Fonte: EM.com

A tranquila cidade de Xangri-Lá, no litoral gaúcho, com seus 14.650 habitantes, ganhou uma atração que vai além das praias, dos resorts ou dos passeios no calçadão à beira-mar. É lá que funciona o maior parque eólico privado do Brasil, administrado pela Honda Energy, subsidiária da montadora japonesa Honda.

Desde que entrou em operação, em janeiro de 2015, seus nove cataventos gigantes – que alcançam uma altura de 150 metros e pesam cerca de 15 toneladas cada – geraram 221 mil MWh, eletricidade equivalente à produção de 403 mil carros da montadora japonesa na fábrica de Sumaré, no interior de São Paulo.

Com a força dos ventos gaúchos, a Honda supriu também a demanda do Centro de Pesquisa & Desenvolvimento de Automóveis, do escritório administrativo da empresa na capital paulista e do centro logístico em Paulínia (SP).

Além de reduzir quase pela metade seu custo de energia, a Honda transformou a operação brasileira em uma das mais sustentáveis do mundo, já que as atividades do parque evitaram a emissão de 19 mil toneladas de CO₂ ao meio ambiente.



“Esse é nosso primeiro parque eólico no mundo e tem sido um aprendizado diário”, diz Carlos Eigi, presidente da Honda Energy do Brasil. “Além do indiscutível ganho econômico, estamos orgulhosos de ver os nossos automóveis serem produzidos a partir do uso de energia 100% limpa e renovável.”

O investimento da Honda faz parte de um movimento crescente na estratégia de empresas de diferentes setores, da indústria ao comércio, passando pela prestação de serviço. Entre as que optaram por alternativas energéticas estão, por exemplo, Magazine Luiza, Ambev e Vivo.

30% DE ECONOMIA A operadora de telefonia Oi adotou uma ousada política de autogeração, com o objetivo de aliviar o peso da eletricidade em seus balanços. A companhia está investindo R\$ 30 milhões para criar fazendas solares, que poderão fornecer eletricidade para 8 mil unidades consumidoras, como antenas de transmissão, torres de telecomunicação ou mesmo para os escritórios da empresa em todo o Brasil.

Inicialmente, até setembro deste ano, a Oi colocará em funcionamento duas microusinas, em Capitão Enéas e em Januába, ambas no interior de Minas Gerais. A capacidade de geração de cada uma é de 5MWh.

O plano da companhia é ter, nos próximos 12 meses, 15 usinas. Em operação, elas reduzirão em 30% os custos de energia, atualmente em R\$ 750 milhões por ano. “Quando todas as fazendas solares estiverem funcionando, poderemos chegar a uma economia de até R\$ 550 milhões”, afirma o diretor de patrimônio e logística da Oi, Marco Antonio Vilela. “Vamos avaliar projetos eólicos, pequenas centrais hidrelétricas, as PCHs, e até geração por biogás.”

CONTA NAS ALTURAS Pelos cálculos da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), o custo da energia para a indústria subiu 20 pontos percentuais acima da inflação em 12 meses. Em uma perspectiva mais longa, a situação é ainda mais alarmante. No acumulado de 2014 a 2017, a tarifa média acumulou alta de 31,5% no país.

Até o fim de 2018, estima-se que o encarecimento chegue a 44%. Como comparação, a inflação acumulada no período de quatro anos é de 28,86%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). “O Brasil passou a ter o segundo maior custo de energia para a indústria no mundo e o quarto no segmento residencial”,

afirma o presidente da Abrace, Edvaldo Santana (leia mais na entrevista ao lado). "A saída tem sido cada um procurar formas de gerar sua própria energia".
Continua depois da publicidade

É nesse cenário de forte alta da energia que a construtora mineira MRV enxergou uma oportunidade. A empresa está instalando no telhado de seus prédios placas fotovoltaicas de geração de energia. Além de ajudar a cobrir a demanda de eletricidade de sua operação, a tecnologia garantirá uma economia na conta de luz de cerca de R\$ 90 por mês para cada morador.

DESDE A PLANTA Cada projeto de geração fotovoltaica em um conjunto habitacional terá um investimento médio de R\$ 1,5 milhão, mas o plano total prevê um orçamento de R\$ 800 milhões nos próximos quatro anos, com a construção de cerca de 220 mil apartamentos quase autossuficientes. Até o fim deste ano, 60% do total de empreendimentos lançados, cerca de 75, serão equipados com placas solares.

O objetivo é que todos os lançamentos da companhia tenham a tecnologia a partir de 2019. "Não é uma política temporária, mas uma mudança importante do modelo de operação", garante Rafael Menin, copresidente da MRV.

Tanto sob a ótica ambiental quanto sob a perspectiva financeira, o Brasil tem um gigantesco potencial de autogeração para todos os portes de empresas e residências. A mais recente estimativa da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar) mostra que, desde 2012, o setor privado investiu no mercado de geração própria de energia.

"O Brasil tem umas das melhores condições em incidência de luz para geração de energia e um custo elevado de energia, combinação que leva as empresas a buscar cada vez mais a geração solar para alimentar suas instalações", diz Victor Kodja, presidente do Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia (BBCE).

Essa afirmação é endossada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Desde junho de 2013, o número de conexões de microgeração de energia subiu de 23 mil para 30,9 mil. Um terço desse total responde por instalações de pequenas e médias empresas.

Entrevista/Evaldo Santana - presidente da Abrace

"É preciso uma profunda reforma no setor elétrico"

Com hidrelétricas que há pelo menos quatro anos não têm condições de atender à demanda por energia, a alternativa nos últimos anos tem sido complementar o abastecimento com as termelétricas. Essa decisão reflete no encarecimento do custo de geração, que é repassado aos consumidores.

Edvaldo Santana, presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), diz que problemas como esse têm levado indústrias para países vizinhos, como o Paraguai, e afugentado investimentos.

Na sua opinião, o país precisa com urgência de uma "postura agressiva de redução dos custos de energia e de aprimoramento da eficiência energética". Do contrário, continuará a perder competitividade.

Por que o Brasil tem hoje um das tarifas de energia mais caras do mundo?

O setor elétrico brasileiro tem um sério problema estrutural. Nossa principal matriz energética, a hidrelétrica, não atende à demanda desde 2014. Isso faz com que sejam ligadas as termelétricas, que têm alto custo de operação. O gás natural é caro demais e está nas mãos do monopólio da Petrobras.

E as alternativas de geração solar e eólica?

Ambas são opções, mas geram apenas 50% do tempo. Não há vento nem luz o dia todo. Precisaríamos ter mais hidrelétricas com grandes reservatórios, mas isso tem ficado cada vez mais difícil no Brasil.

Esse cenário tem afugentado investimentos?

Com certeza. Não só afugentado, como está fechando empresas e empurrando importantes setores produtivos para países vizinhos, como o Paraguai. A fabricante de alumínio Alcoa, por exemplo, fechou uma fábrica em Poços de Caldas, no Sul de Minas Gerais, e outra unidade no Maranhão. Mais de 5 mil pessoas perderam o emprego.

Mas o setor elétrico não é altamente regulado?

Sim. Mas, curiosamente, a energia regulada é mais cara do que a energia livre. O custo chega a ser 25% menor. Trata-se de uma contradição que tem prejudicado demais as empresas e incentivado a busca por aquisição de energia no mercado livre.

O governo está consciente dessa situação?

O governo reconhece o problema, mas não está reunindo condições para resolver o problema. A solução dessa questão afeta interesses já consolidados e, aparentemente, o governo está evitando o embate.

O que dizem os pré-candidatos à Presidência?

Até agora, nada. Nenhum pré-candidato apresentou um discurso sobre o grave problema do setor elétrico. Nos últimos anos, o Brasil passou a ter o segundo maior custo de energia para a indústria no mundo e o quarto no segmento residencial. A saída tem sido cada um procurar formas de gerar sua própria energia.

Qual é a saída?

Não existe uma solução fácil. Ou o Brasil adota uma postura agressiva de redução dos custos de energia e de aprimoramento da eficiência energética, ou continuará perdendo investimento, perdendo empresas e condenando o crescimento da economia a patamares baixos.

Indústrias de MT e PR foram as mais afetadas por paralisação de caminhoneiros

11/07/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

13 dos 14 estados pesquisados pelo IBGE registraram impacto na produção; exceção foi o Pará

A paralisação de caminhoneiros ocorrida entre 21 de maio e 2 de junho afetou a produção industrial de 14 dos 15 estados investigados pelo IBGE em sua Pesquisa Industrial Mensal.

Segundo o instituto divulgou nesta quarta-feira (11) os estados cuja produção sofreu em maio o maior impacto foram Mato Grosso (-24,2%), Paraná (-18,4%), Bahia (15%) e Santa Catarina (-15%).

São Paulo (-11,4%) e Rio Grande do Sul (-11%) completam a lista dos estados cujas perdas em maio superaram a média nacional.

Bloqueios de estradas e o conseqüente desabastecimento de alimentos e combustíveis levaram à produção industrial brasileira em maio a uma perda de 10,9% em relação a abril.

Quase todos os estados pesquisados tiveram em maio perdas que superaram ganhos nos meses anteriores.

A exceção foi o estado do Pará, o único da lista de 15 estados investigados pelo IBGE que teve alta na produção de milho, de 9,2%.

Goiás (-10,9%), Minas Gerais (-10,2%), Pernambuco (-8,1%), Rio de Janeiro (-7%), Ceará (-4,9%), Amazonas (-4,1%) e Espírito Santo (-2,3%) também registraram queda em milho.

Apesar das fortes perdas no período, a produção industrial brasileira acumula alta de 2% no período de janeiro a maio deste ano. Sete estados, porém, tem saldo negativo, com destaque para o Espírito Santo, que teve queda de 5,1% na produção nos cinco meses.

De acordo com o IBGE, a paralisação de caminhoneiros que durou 11 dias desarticulou a produção nacional. Diversas indústrias sofreram o impacto da mobilização, seja porque ficaram sem insumos para a produção, seja porque seus funcionários não conseguiram chegar às linhas de produção.

Durante a paralisação, houve falta de alimentos importantes na cesta básica do brasileiro, já que diversos caminhões de legumes, verduras e frutas não chegaram aos seus destinos finais.

Centros de distribuição de alimentos de várias capitais brasileiras registraram faltas de produtos como cebola e batata inglesa, cujos preços dispararam.

Também houve falta de combustíveis nos postos, já que com motoristas de braços cruzados os caminhões que faziam a entrega de gasolina e diesel da refinaria para os postos deixaram de circular.

Houve ainda registro de piquetes nas portas das principais refinarias da Petrobras pelo país. O resultado foi o desabastecimento de combustíveis, que demorou alguns dias para se recuperar apesar do fim da paralisação.

Ao término da mobilização, houve uma corrida de consumidores a postos de combustíveis e supermercados atrás dos produtos que faltaram no período, o que estendeu ainda mais o período de desabastecimento.

Senado aprova projeto que reincorpora empresas ao Simples por unanimidade

11/07/2018 – Fonte: Tribuna PR

O plenário do Senado Federal aprovou nesta terça-feira 10, o projeto de lei que vai “resgatar” empresas que foram excluídas do Simples Nacional no início do ano. Essas companhias perderam direito ao regime tributário mais benevolente porque deixaram de cumprir suas obrigações, inclusive de pagamento de tributos, mas podem ganhar uma nova chance graças à iniciativa do Congresso Nacional. Como mostrou o Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado, no fim de junho, o Comitê Gestor do Simples Nacional emitiu parecer contrário à medida.

As empresas poderiam ter solicitado reinclusão no regime no início de 2018, no prazo regulamentar, mas a principal suspeita é que essas empresas foram lenientes e ficaram à espera da derrubada do veto do Refis do Simples, o que ocorreu em abril deste ano. Com isso, elas puderam regularizar suas pendências com descontos e agora tentam retornar ao regime para pagar menos tributos.

A proposta teve amplo apoio dos senadores – foi aprovada por unanimidade pelos 59 que votaram no plenário. Agora, o texto vai à sanção presidencial.

Ao todo, 470,9 mil empresas foram excluídas do Simples Nacional no início deste ano. Dessas, 241,7 mil solicitaram a reinclusão, enquanto as demais 229,2 mil sequer pediram a nova opção pelo regime. Para o Comitê Gestor, essa constatação "revela, no mínimo, desinteresse pela permanência no regime". Das que pediram, 83 mil tiveram o pedido indeferido, por motivos que podem ir além dos débitos tributários. Ou seja, o projeto teria potencial para alcançar 312,2 mil empresas.

O relator da proposta, senador José Pimentel (PT-CE), disse que 215 mil empresas excluídas aderiram ao Refis e defendeu que elas possam retornar ao regime do Simples.

O secretário-executivo do Comitê Gestor do Simples, Silas Santiago, se manifestou de forma contrária ao projeto. No documento, revelado pela reportagem no fim de junho, o comitê dizia que "eventual reabertura do prazo em meados de 2018 seria frontalmente contrária às ações de educação fiscal, criando expectativas de que futuramente haveria novas reaberturas e prorrogações de prazo, o que desestimularia o cumprimento espontâneo dos prazos". O Comitê Gestor é presidido pelo secretário da Receita Federal, Jorge Rachid.

O documento argumenta ainda que o Refis do Simples foi vetado antes do fim do prazo para nova opção pelo regime tributário em 2018, o que daria tempo às empresas regularizarem sua situação (inclusive por meio dos parcelamentos tradicionais, em até cinco anos e sem abatimentos) para então pedirem a nova opção. Esse é considerado um indício de que as companhias agiram deliberadamente à espera da renegociação com descontos, com a segurança de que depois conseguiriam voltar ao regime.

O parecer diz que a criação desse privilégio só desvaloriza a ação de quem recorreu a tempo aos meios legais para regularizar sua situação.

A exclusão das empresas do Simples não seria impeditivo para que elas aderissem ao Refis, pois os débitos são referentes a esse regime tributário. Mas a adesão não daria o direito de fazer a opção pelo regime ainda este ano.

Segundo apurou o **Broadcast**, há ainda o temor no governo de que a medida seja considerada renúncia fiscal, já que as empresas excluídas deveriam passar a contribuir pelo regime de lucro real ou lucro presumido, pagando mais tributos. Pelo projeto, elas voltariam ao Simples no meio do exercício, com obrigações tributárias menores.

Senado aprova projeto que pode reincluir 313 mil empresas no Simples

11/07/2018 – Fonte: Bem Paraná (publicado em 10-07-2018)

O Senado aprovou nesta terça-feira (10) projeto que autoriza a adesão ao Simples Nacional de microempreendedores e pequenas empresas que foram excluídos do programa neste ano. O texto, aprovado por 59 votos a zero, vai à sanção presidencial.

Em janeiro, cerca de 471 mil participantes do Simples foram excluídos do programa por terem débitos pendentes. No mesmo mês, a Receita Federal aceitou a reinclusão de aproximadamente 158 mil empresas que regularizaram a situação. Os 313 mil restantes ficaram de fora.

Pela proposta aprovada no Senado, os micro e pequenos empresários que aderirem a um programa de refinanciamento de dívidas e regularizarem suas situações poderão retornar ao Simples.

O chamado Refis do Simples foi aprovado em 2017 e prevê que as dívidas sejam parceladas com descontos de até 90% dos juros, 70% das multas e 100% dos encargos legais.

O projeto foi integralmente vetado pelo presidente Michel Temer, mas o veto foi derrubado pelo Congresso. O governo argumentava que a medida poderia ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A equipe econômica também era contra a proposta por considerar que ela poderia estimular as empresas de pequeno porte a não pagar impostos à espera de um parcelamento governamental.

O prazo para que as empresas busquem a reinclusão no Simples Nacional é de 30 dias após adesão ao Refis.

Fazenda tenta barrar novos incentivos fiscais

11/07/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Ministério da Fazenda prepara a edição de um decreto para barrar a entrada em vigor de renúncias fiscais até que sejam feitas as compensações de receitas para bancar quaisquer novos incentivos aprovados pelo Congresso Nacional. A área econômica quer evitar o que aconteceu com duas edições do Refis (programas de parcelamento de débitos tributários), implementadas sem a compensação de receitas.

Segundo apurou o **Estadão/Broadcast**, a ideia é “regulamentar” o polêmico artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que obriga a apresentação de estimativa do impacto das perdas e de medidas para compensá-las.

Pelo artigo, a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário no ano em que entrar em vigor e nos dois seguintes, atendendo ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A compensação tem de ser feita por meio do aumento de receita, seja com elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, criação de tributo ou corte de outras renúncias.

Embora o artigo da LRF seja autoaplicável, a ideia é especificar situações em que a compensação será exigida, ou o benefício ficará prejudicado. O entendimento é que o decreto vai deixar claro o impedimento do governo de conceder a renúncia em casos como os dos Refis para dívidas do Simples e do Funrural. Com o decreto, o governo fica impedido de dar continuidade à adesão dos contribuintes ao parcelamento.

A ampliação do perdão no chamado Refis do Funrural (contribuição previdenciária de produtores rurais individuais) elevou a renúncia fiscal de R\$ 7,6 bilhões para R\$ 15 bilhões em 15 anos. No Refis do Simples, a estimativa era um perdão de R\$ 7,8 bilhões no mesmo prazo.

Os descontos generosos a esses devedores haviam sido vetados pelo presidente Michel Temer, justamente pela ausência de previsão no Orçamento. Mas o Palácio do Planalto acabou negociando a derrubada desses vetos pelo Congresso como um aceno à base aliada, provocando uma saia-justa para a equipe econômica. Técnicos avaliam que o governo não poderia nem mesmo ter aberto a adesão aos Refis.

O Tribunal de Contas da União (TCU) já foi avisado de que o decreto deverá ser editado para afastar dúvidas interpretativas.

A corte vinha acompanhando a questão porque o Ministério Público junto ao TCU fez uma representação e pediu a suspensão dos programas. O ministro do TCU Vital do Rêgo manteve as adesões, mas emitiu alerta ao governo para o risco de descumprimento da LRF. Ele exigiu informações sobre os riscos dos Refis para as contas públicas.

No TCU, o entendimento é de que, depois do alerta, não há mais espaço para a repetição do que vem ocorrendo, sob pena de punição grave. Ou seja, o governo não poderá implementar nenhuma nova concessão de benefícios aprovada pelo Congresso sem a respectiva compensação. O tema é delicado para o governo, que não quer confronto com o Congresso. A Fazenda não quis comentar o andamento da proposta.

Refis da MPE teve adesão de 386,1 mil pequenas empresas

11/07/2018 – Fonte: Agência Brasil (publicado em 10-07-2018)

O Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte com débitos do Simples Nacional (Pert-SN), conhecido como Refis da MPE, alcançou a adesão de 386.108 empresas. A informação é do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

A última segunda-feira (9) foi a data limite para os pequenos negócios aderirem ao programa e adquirirem o benefício de parcelar suas dívidas em até 180 vezes, com redução de juros e multas.

Segundo o Sebrae, o número de micro e pequenas empresas que buscaram quitar os débitos com a União equivale a 73,5% do total dos empreendimentos excluídos do regime em janeiro deste ano por estarem inadimplentes com o Fisco. Também houve regularização de 40 mil microempreendedores individuais.

A adesão ao parcelamento especial contou ainda com mais de 61 mil pedidos, até a última semana, de pequenos negócios inscritos na Dívida Ativa na Procuradoria da Fazenda Nacional (PFN). Para validar a solicitação, é necessário efetivar o pagamento da primeira parcela dentro do prazo.

Para o Sebrae, a crise econômica foi um dos principais motivos que levaram cerca de 600 mil micro e pequenos empreendedores à inadimplência. Em 2017, o Congresso Nacional aprovou o refinanciamento dos débitos, mas o projeto foi vetado pela Presidência da República.

O Sebrae lembra que em abril passado, no entanto, o Senado e a Câmara dos Deputados derrubaram o veto por unanimidade, depois de negociações entre o Sebrae, Legislativo e Executivo.

“Um dos argumentos foi que o segmento tem sido um dos maiores responsáveis pela manutenção dos empregos no país.

O último levantamento feito pelo Sebrae, com dados do Ministério do Trabalho, indicou que os pequenos negócios responderam por mais de 70% dos novos postos de trabalho surgidos em maio”, diz o Sebrae, em nota.

Pelas regras criadas pelo Comitê Gestor do Simples Nacional, poderiam aderir ao Refis os devedores com débitos vencidos até 29 de dezembro do ano passado. Para aderir ao programa, foram oferecidas diversas formas de pagamento e de descontos, que chegaram a 90%, de acordo com a modalidade de adesão.

Para os microempreendedores individuais, o valor mínimo das mensalidades foi de R\$ 50 e para os demais negócios de micro e pequeno porte, as parcelas foram definidas em R\$ 300.

ESocial Passa a Valer Para Todas as Empresas do País a Partir de 16 de Julho

11/07/2018 – Fonte: Contábeis.com (publicado em 10-07-2018)



A partir do dia 16 de julho, todas as empresas privadas do país, incluindo micro e pequenas empresas e microempreendedores individuais (MEIs) que possuam empregados, deverão utilizar o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial).

Esse grupo representa 4 milhões de empregadores e cerca de 30 milhões de trabalhadores. Nessa fase inicial, que se estenderá até 31 de agosto, os empregadores deverão enviar apenas informações referentes à empresa, ou seja, cadastros dos empregadores e tabelas.

A obrigatoriedade da utilização do eSocial para empresas (primeira etapa de implantação) começou em 8 de janeiro, para as empresas com faturamento anual superior a R\$ 78 milhões.

A ferramenta, no entanto, está sendo implantada aos poucos. Quando todas as etapas estiverem concluídas, os empregadores passarão a comunicar ao governo, de forma unificada, todas as informações relativas aos empregados.

O eSocial Empresas é um novo registro, elaborado pelo Governo Federal, para facilitar a administração de informações relativas ao mundo do trabalho. Por meio desse sistema, as empresas terão de enviar periodicamente, em meio digital, informações relativas aos trabalhadores para a plataforma do eSocial.

Todos esses dados já são registrados, atualmente, em algum meio, como papel e outras plataformas online. Porém, com a entrada em operação do novo sistema, o caminho será único, exclusivamente por meio do eSocial.

De acordo com o auditor-fiscal do Trabalho José Maia, no dia 16 de julho também deverá entrar em operação um portal específico para os microempreendedores individuais (MEIs) .

Um ambiente simplificado, semelhante ao eSocial do Empregador Doméstico, no qual não será necessário o uso de certificado digital. O empregador poderá acessá-lo por meio de código. “É importante observar que somente os 155 mil MEIs que possuem empregados estarão obrigados ao eSocial”, ressalta Maia.

A implantação da segunda etapa do eSocial será realizada em cinco fases:

Fase 1: Julho/18 – Apenas informações relativas às empresas, ou seja, cadastros do empregador e tabelas.

Fase 2: Setembro/18 – Nesta fase, empresas passam a ser obrigadas a enviar informações relativas aos trabalhadores e seus vínculos com as empresas (eventos não periódicos), como admissões, afastamentos e desligamentos.

Fase 3: Novembro/18 – Torna-se obrigatório o envio das folhas de pagamento.

Fase 4: Janeiro/19 – Substituição da GFIP (Guia de informações à Previdência Social).

Fase 5: Janeiro/19 – Na última fase, deverão ser enviados os dados de segurança e saúde do trabalhador.

Micro e pequenas empresas e MEI com empregados poderão ingressar no eSocial a partir do mês de novembro

11/07/2018 – Fonte: Contábeis.com (publicado em 10-07-2018)



Micro e pequenas empresas e MEI com empregados poderão ingressar no eSocial a partir do mês de novembro

Foi publicada, no Diário Oficial da União desta quarta-feira (11/7), a Resolução nº 4 do Comitê Diretivo do eSocial permitindo que micro e pequenas empresas – que são aquelas com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões – e Microempreendedores Individuais (MEI) possam ingressar no eSocial a partir do mês de novembro.

Destaca-se que somente os MEI que possuam empregados – e que hoje totalizam um público de aproximadamente 155 mil empregadores – precisarão prestar informações ao eSocial.

Já para as demais empresas privadas do País - que possuam faturamento anual inferior a R\$ 78 milhões – o eSocial torna-se obrigatório a partir da próxima segunda-feira (16/7).

A nova norma, publicada hoje, é uma opção oferecida aos micro e pequenos empregadores e aos MEI. No entanto, os empregadores deste grupo que tiverem interesse em ingressar no eSocial desde já, também terão acesso ao sistema a partir da próxima segunda (16).

Para o eSocial, em princípio, todo o público formado pelas empresas privadas com o faturamento anual inferior a R\$ 78 milhões – incluindo micro e pequenas empresas e MEI – é considerado como empresas do segundo grupo de empregadores.

Além disso, desde janeiro deste ano, o eSocial já está em operação para as grandes empresas – que possuem faturamento anual superior a R\$ 78 milhões – e que formam, no âmbito do eSocial, as chamadas empresas do primeiro grupo. Atualmente, 97% delas já integram as bases do eSocial.

Quando totalmente implementado, o eSocial reunirá informações de mais de 44 milhões de trabalhadores do setor público e privado do País em um mesmo sistema e representará a substituição de até 15 prestações de informações ao governo – como GFIP, RAIS, CAGED E DIRF – por apenas uma.

Implantação por fases

Assim como está acontecendo com as grandes empresas e como ocorrerá com os entes públicos, a implementação do eSocial para as empresas do segundo grupo – excluídas neste momento a obrigatoriedade de pequenas empresas e de MEI - se dará de forma escalonada, dividida em cinco fases, distribuídas deste mês de julho a janeiro de 2019. Dessa forma, os empregadores incluirão gradativamente suas informações no sistema.

A partir do dia 16 de julho até o dia 31 de agosto deste ano, os empregadores deverão enviar ao eSocial apenas informações de cadastro e tabelas das empresas.

Em relação aos MEI que possuam empregados e que optem por já ingressar no eSocial, o Comitê Gestor do eSocial esclarece que, na prática, eles não terão nenhuma informação para prestar antes de setembro, já que os dados da 1ª fase (cadastro do empregador e tabelas) são de preenchimento automática pela plataforma simplificada que será disponibilizada para este público.

Apenas a partir de setembro, os empregadores do segundo grupo precisarão incluir na plataforma informações relativas a seus trabalhadores e seus vínculos com as empresas, como admissões, afastamentos e demissões, por exemplo. Finalmente, de novembro até o final de 2018, deverão ser incluídos dados referentes às remunerações dos trabalhadores e realizado o fechamento das folhas de pagamento no ambiente nacional.

Em relação às micro e pequenas empresas e aos MEI, como esses estarão obrigadas ao eSocial somente a partir de novembro – quando ingressarem no sistema eles deverão prestar as informações referentes às três fases iniciais do cronograma.

Em janeiro do ano que vem haverá, para o segundo grupo como um todo, a substituição da Guia de Informações à Previdência Social (GFIP) pelo eSocial e a inserção de dados de segurança e saúde do trabalhador no sistema.

Já os empregadores pessoas físicas, contribuintes individuais – como produtor rural e os segurados especiais – somente deverão utilizar o eSocial a partir de janeiro de 2019
Plataforma simplificada

Nos próximos dias, serão ser disponibilizados os novos portais do eSocial, onde os empregadores poderão inserir diretamente as informações, sem necessidade de sistemas para integração.

Também será disponibilizada, a partir do próximo dia 16, a plataforma simplificada destinada aos MEI. Nesse ambiente simplificado – semelhante ao eSocial do Empregador Doméstico – não será necessário o uso de certificado digital, podendo o empregador acessá-lo apenas por código de acesso.

A plataforma simplificada permitirá ao microempreendedor realizar cálculos automáticos via sistema, como o que realiza o cálculo de rescisões e a ferramenta de férias, por exemplo.

A maioria dos MEI - que não possuem empregados e por esta razão não estarão obrigados ao eSocial - continuarão prestando contas normalmente ao governo por meio do Simei, o sistema de pagamento de tributos unificados em valores fixos mensais voltados para aos microempreendedores individuais e que lhes garante a isenção de impostos federais como o IPI, por exemplo. Para este público, nada muda.
Histórico

O eSocial é uma iniciativa conjunta do Ministério do Trabalho, Caixa Econômica, Secretaria de Previdência, INSS e Receita Federal.

O programa visa aumentar a produtividade e reduzir a burocracia no setor produtivo, unificando as informações fiscais, previdenciárias e trabalhistas dos empreendedores em um banco de dados único administrado pelo governo federal.

Certificado digital no eSocial só é exigido para quem já tinha essa obrigação

11/07/2018 – Fonte: Contábeis.com (publicado em 10-07-2018)



Os optantes do Simples Nacional com mais de um empregado já necessitam hoje de certificado digital para prestar suas informações e apuração dos tributos devidos. Portanto, o eSocial não está criando nova obrigação com a utilização de certificado digital.

As micro e pequenas empresas com até um trabalhador poderão utilizar os portais do eSocial apenas com código de acesso, sem necessidade de certificado digital. Todos os Microempreendedores Individuais (MEI) poderão utilizar o Portal simplificado do MEI com código de acesso.

Ocorre que os empregadores que atualmente utilizam serviços de profissionais da contabilidade nem mesmo necessitarão de código de acesso, tampouco de certificado digital, já que bastará ao empregador autorizar o contador a assinar e a enviar suas declarações, por meio de uma procuração eletrônica para o eSocial.

Segunda fase do eSocial marca novo ciclo de crescimento na contabilidade

11/07/2018 – Fonte: Contábeis.com (publicado em 10-07-2018)



O aumento de demanda por serviços de contabilidade deve ir além da segunda etapa de implementação do eSocial. A projeção é que a maior fiscalização e os desdobramentos fiscais levem as empresas à buscar profissionalização e até a terceirização do serviço.

“O eSocial vai perdurar, portanto as obrigações vão continuar em um formato diferente e com alto grau de exigência. Isso vai exigir profissionalização”, diz o sócio diretor ROIT Consultoria e Contabilidade, Lucas Ribeiro.

Segundo ele, além do trabalho técnico e a adaptação do sistema, muitas empresas precisam passar por um serviço de consultoria constante para corrigir as irregularidades.

“O eSocial permite que a receita faça cruzamento de dados e identifique sonegação, salário por fora e outros desdobramentos fiscais. Isso exigirá um maior acompanhamento.”

De acordo com ele, hoje a empresa possui 92 funcionários em Curitiba, seis em Brasília e até o final do ano haverá 40 novos trabalhadores. “Só com os serviços do eSocial vamos faturar entre R\$ 3 milhões e R\$ 5 milhões a mais”, afirma.

Na opinião de Ribeiro, as exigências do eSocial trazem oportunidades para os escritórios de contabilidade.

De modo similar pensa o representante do Conselho Federal de Contabilidade no Comitê Gestor do eSocial, Paulo Roberto. "As empresas buscarão os escritórios de contabilidade que estiverem melhor preparados para o novo modelo de trabalho", acrescenta

Segundo ele, ainda este ano, grande parte das empresas incluídas na obrigatoriedade do eSocial [cerca de quatro milhões] é atendida por escritórios de contabilidade, que somam cerca de 80 mil no Brasil. "Mesmo no caso do eSocial domésticas, já se encontra boa procura pelos serviços."

Para conseguir captar a demanda, ele acredita que seja necessário reciclar e buscar novos recursos para os escritórios de contabilidade como conhecimento e a aptidão dos colaboradores para trabalhar com as novas tecnologias trazidas pelo eSocial.

Por isso, na ROIT, foram feitos investimentos de R\$ 200 mil em sistemas, além de aportes em treinamento.

Na Domingues e Pinho Contadores, que também investiu em tecnologia, se espera alta de 30% a 40% nos honorários dos novos contratos que passarão a contar com os serviços do eSocial. Além disso, é esperado alta de até 40% nos contratos antigos que precisarão do serviço avulso. "Tínhamos 30 empresas no primeiro momento e agora entre 270 e 300 fazendo a adaptação", diz o advogado e consultor trabalhista da empresa, Leonardo Bezerra.

Na percepção dele, após a primeira fase da implementação em companhias de grande porte, muitas empresas do segundo grupo [com faturamento menor que R\$ 78 milhões] se movimentaram, "mas ainda há uma parte que acredita que haverá postergação", conta.

No segmento de condomínios, a gerente de produtos da Lello Condomínios, Angélica Arbex, diz que este cenário preocupa. "Na área de captação de prédios perguntamos sobre o assunto e 40% a 50% ainda não estão 100% integrados no tema", explica Angelica.

Quem concorda é a Soluti, empresa especializada em certificação digital. "Calculamos que 80% das empresas que precisam de certificado digital não possuem", diz o gerente de produtos da Soluti, Lucas Vieira.

Mesmo assim, a projeção é de alta de 200% no faturamento da empresa. "As grandes já usavam e na primeira fase quase não sentimos tanto, mas agora com os Microempreendedores Individuais (MEI) aumentará muito a busca por certificado e até de assinaturas digitais", diz.

Artigo: A reforma trabalhista já dá seus frutos

11/07/2018 – Fonte: Gazeta do Povo (publicado em 10-07-2018)

A reforma trabalhista é apenas uma semente de liberdade para o Brasil. Não é nem a bonança nem o apocalipse, mas um breve sinal de dias melhores

Depois de notas promissoras ou promessas apocalípticas, o Brasil experimenta pouco mais de um semestre de aplicação da Lei 13.467/17, a conhecida reforma trabalhista. Os grandes vetores foram: segurança jurídica, racionalização do sistema jurídico laboral e simplificação das normas com mais liberdade.



No primeiro aspecto, o da segurança jurídica, é fato que vivemos um momento de transição, tanto na prática do dia a dia das empresas e trabalhadores como da comunidade jurídica. Nos setores de recursos humanos e nos escritórios jurídicos ainda pairam muitas dúvidas. Já vi, por exemplo, microempresas pagando o depósito recursal integral quando a lei lhes garante o depósito de apenas metade. Percebam que a desinformação custa dinheiro.

As primeiras convenções coletivas de trabalho posteriores à nova lei se desenham e desafiam novos conceitos e patamares de negociação. Muitos conceitos legais para os contratos de trabalho individuais ou para o direito coletivo do trabalho ainda vão sendo assimilados e aos poucos ganham musculatura, o que é típico de um momento de transição, numa lei que sofreu mudança vertical, profunda, em mais de 200 artigos.

Os juízes, Tribunais Regionais e os Tribunais Superiores fazem seu trabalho para construir a almejada segurança jurídica. Por ora, o que se tem é que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) já regulamentou questões fundamentais, como o próprio alcance da reforma, no sentido de que ela alcança contratos de emprego firmados antes da lei, e que honorários advocatícios de sucumbência (aquele que perde deve pagar honorários) somente são devidos em causas que deram entrada após 11 de novembro de 2017. Destaca-se, também, a decisão recente do STF sobre o "imposto" sindical, concluindo que a nova lei tem validade e é constitucional.

As causas trabalhistas caíram em cerca de 50% em todo o país, segundo dados consolidados e recentes

O STF, analisando diversas matérias trabalhistas derivadas da reforma, vai conferindo segurança jurídica aos institutos criados pela nova lei trabalhista. Os juízes também cumprem seu papel quando, em sua maioria, já aplicam a nova lei. A segurança jurídica será construída pela sociedade e pelo Judiciário num prazo que, acredito, durará de dois a cinco anos, num caminho que passa por decisões e recursos, até a firmação da jurisprudência.

No vetor da racionalização, as causas trabalhistas caíram em cerca de 50% em todo o país, segundo dados consolidados e recentes, e o mais importante: os valores envolvidos nas causas, obtidos por meio dos pedidos feitos em juízo, são bem mais reais e razoáveis.

Antes, podia um trabalhador laborar por três meses ou três anos, o valor da causa seria de R\$ 35 mil. Agora, com a determinação da nova lei em firmar o correto valor da causa, e com mais seriedade nos pedidos judiciais, o valor das causas despencou substancialmente, revelando-se mais razoável e proporcional.

O novo valor das causas está indelevelmente proporcionando um fenômeno que deveria ser antigo, mas é recente nos termos da reforma: quem pede sabe exatamente o quanto está pedindo, e quem é demandado sabe exatamente quanto está sendo cobrado em juízo.

O resultado disso é um maior número de conciliações, inclusive antes das audiências, fenômeno que tem sido observado pelo menos na unidade judiciária em que atuo, e que, acredito, se repete em maior ou menor grau nas mais de 1,5 mil Varas do Trabalho do país. A redução das causas trabalhistas mostra que a legislação falecida

instigava a litigiosidade, crescendo o "custo Brasil". Na época da reforma, vale lembrar, tínhamos 12 mil novas ações trabalhistas por dia no país.

Finalmente, temos mais liberdade, à medida que o Estado interfere menos na vida das pessoas. A lei geral, por melhor que possa ser, não consegue dar conta de um país de dimensões continentais, heterogêneo e complexo.

Por isso a lei dá força às convenções coletivas e acordos coletivos de trabalho, em que os sindicatos (patronal e dos empregados) é que firmam as cláusulas a serem cumpridas por determinado setor, em determinada localidade. Mais liberdade e flexibilidade para criar regras que atendam às peculiaridades locais, valendo mais que a própria lei, e com revisões periódicas.

Entre todas as novidades em termos de jornada de trabalho, destaco o trabalho por dia ou por hora, em que o empreendedor só chama o empregado quando houver demanda: é o trabalho intermitente, que já existe há mais de 80 anos nos Estados Unidos e agora chega ao Brasil.

O empregado pode ter vários vínculos intermitentes, todos com carteira assinada; uma excelente oportunidade para o primeiro emprego, para desempregados e para pessoas da terceira idade.

Quando da aprovação da reforma trabalhista, o país tinha 54% de trabalhadores na informalidade. O trabalho intermitente procura trazer liberdade para as partes, quanto ao tempo e períodos de trabalho, dando oportunidade e segurança ao empregado (que terá garantias previdenciárias e trabalhistas) e segurança jurídica ao empregador.

A terceirização da atividade principal da empresa, também conhecida como atividade fim, é uma possibilidade da nova lei, mas deve-se atentar que, para o mundo jurídico, o conceito de terceirização é muito restrito e diferente do que as pessoas imaginam.

Terceirizar, para a lei, não significa contratar "PJs", mas contratar uma empresa de terceirização que forneça empregados para a realização da atividade. A possibilidade de terceirização também suaviza a interferência, até certo ponto, do Estado na relação de emprego, à medida que não dita ou restringe a forma de contratação e execução de uma atividade privada.

Alguns mitos ainda sobrevivem a seis meses de reforma e devem aqui ser desfeitos: o trabalhador não pode negociar diretamente com o patrão, exceto em um ou dois casos somente; a jornada de trabalho continua sendo de oito horas, com duração semanal de 44 horas e no máximo duas horas extras por dia; o registro em carteira de trabalho é essencial, pois a lei inclusive criou uma multa que varia de R\$ 800 (para micro empresas) até R\$ 3 mil (para as demais empresas) para cada empregado sem registro.

O trabalhador não pode negociar diretamente com o patrão, exceto em um ou dois casos somente

Mas só a reforma trabalhista não basta. Evidente que uma legislação mais moderna, libertária e flexível incentiva alguém a empreender e a gerar mais empregos.

Mas temos de trabalhar na facilidade para se fazer negócios, na redução da burocracia e do custo do Estado, em uma reforma tributária para que uma empresa não pague mais de 25 impostos diferentes para um Estado nitidamente ineficiente, nas reformas administrativa, da matriz energética, da matriz logística e da matriz comercial, na estabilização da economia, que deriva em muito da política; assim podemos elevar a confiança do consumidor e do empresariado.

A reforma trabalhista é apenas uma semente de liberdade para o Brasil. Não é nem a bonança nem o apocalipse, mas um breve sinal de dias melhores.

Marlos Augusto Melek é juiz federal do Trabalho, membro da equipe de redação da Reforma Trabalhista e Comendador pelos estados do Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Pará.

Comissão que analisa PEC da Reforma Tributária realiza audiência pública

11/07/2018 – Fonte: Câmara dos Deputados (publicado em 10-07-2018)

A comissão especial que vai analisar mais uma parte da reforma tributária – a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) [293/04](#) – realiza audiência pública nesta quarta-feira (11).

A reforma tributária está em discussão no Congresso desde 2003, quando o então presidente Lula enviou a PEC 41/03. A proposta, promulgada naquele mesmo ano como Emenda Constitucional 42, trouxe diversas alterações no sistema tributário nacional – entre elas, a repartição de 25% dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para estados, Distrito Federal e municípios.

No final de maio, em meio à greve dos caminhoneiros, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, disse que era preciso priorizar o andamento da reforma tributária.

Fatiamento

A PEC 293/04 trata de alguns pontos da reforma tributária sobre os quais não houve acordo em 2003. O texto estabelece limites e mecanismos de aferição da carga tributária nacional, considerando a receita tributária de estados e municípios, o Produto Interno Bruto (PIB) e a dívida pública.

A proposta também proíbe a União de instituir impostos sobre a importação de obras de artistas brasileiros e de artistas estrangeiros que tratem de temas brasileiros, e retira a competência da União de instituir impostos sobre florestas e demais formas de vegetação natural consideradas de preservação permanente.

Por fim, a proposta institui programa de renda mínima destinado a assegurar a subsistência das famílias de baixa renda.

Hora e local

O debate ocorrerá logo após a reunião ordinária da comissão para votação de requerimentos, marcada para as 14h30, no plenário 11. Confira os convidados para a audiência.

A comissão especial é presidida pelo deputado Hildo Rocha (MDB-MA) e tem como relator o deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR).

- [Saiba mais sobre a tramitação de PECs](#)
- Íntegra da proposta:
- [PEC-293/2004](#)

Comissão especial discute relatório sobre portabilidade da conta de luz

11/07/2018 – Fonte: Câmara dos Deputados (publicado em 10-07-2018)

A Comissão Especial sobre a Portabilidade da Conta de Luz (PL [1917/15](#)) tem reunião hoje para discutir e votar o parecer do relator, deputado Fabio Garcia (DEM-MT), apresentado na semana passada.

Nesta terça-feira (10), o relator recebeu uma carta de apoio de 23 associações do setor elétrico. O documento é assinado por representantes da geração, distribuição, armazenamento de energia, dos consumidores empresariais e do Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico, entre outros.

Eles alegam que o relatório do deputado é um texto “suprapartidário e supragovernamental capaz de aprimorar o modelo vigente”. A carta é assinada por Mário Menel, presidente do Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase).

Relatório

Garcia apresentou um substitutivo segundo o qual, a partir de 2028, os consumidores residenciais e pequenos comerciantes poderão ter acesso ao mercado livre de energia, onde a eletricidade é comprada por meio de contratos com agentes de comercialização, com condições livremente negociadas.

É neste mercado que operam os grandes consumidores, como as indústrias. Hoje, o pequeno consumidor é atendido pelo mercado cativo, adquirindo a energia das distribuidoras, como Coelba e CPFL, e pagando uma tarifa regulada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Na prática, o consumidor continuará sendo atendido pela sua distribuidora, que já tem a infraestrutura de atendimento montada. Mas a energia será fornecida pelo agente que ele escolher, e o valor da tarifa será definido em negociação. A distribuidora apenas se encarregará de levar a eletricidade da fonte escolhida até sua casa, recebendo por isso uma taxa, que virá especificada na conta de luz.

A proposta original, do deputado Marcelo Squassoni (PRB-SP) e outros, previa a abertura do mercado livre para os pequenos consumidores a partir de 2022. Garcia estendeu o prazo para permitir às distribuidoras adequarem suas obrigações contratuais e regulatórias ao novo ambiente de negociação. O substitutivo traz regras para essa adaptação.

- Íntegra da proposta:
- [PL-1917/2015](#)

Artigo: Brasil submergindo na torcida

11/07/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Enquanto o país perdia o senso de autocrítica, a realidade se impôs

Desde o impeachment, em agosto de 2016, boa parte dos economistas, analistas e até uma importante fatia dos colegas que escrevem sobre temas econômicos e financeiros deixaram de lado a racionalidade e entraram para a torcida.

Instalou-se um desejo difuso e generalizado de “agora vai” na economia —empresários recuperariam a confiança e voltariam a investir, o Congresso, de espírito renovado, aprovaria as reformas, o brasileiro teria pela frente emprego, renda e crescimento. Tudo aconteceria naturalmente, como se a simples troca da presidente por seu vice tivesse um poder transformador estrutural.

Não foram poucos os que chegaram a comparar a oportunidade do momento com a criada pelo impeachment de Fernando Collor, em 1992, que culminou com a implantação do Plano Real e o fim da inflação.

Se a torcida apenas alimentasse um positivo e produtivo sentimento de esperança, tudo bem. Pessoas são mais produtivas quando otimistas. Mas não. Com ela tentou-se subverter até a realidade dos fatos.

Na base da torcida, foram produzidos no país afora e até no exterior relatórios, projeções, planos de negócio, artigos e reportagens. Foi uma renitente briga com os indicadores e uma má vontade em reconhecer a profundidade real da crise brasileira. E aí de quem questionasse. Qualquer comentário contrário à nova gestão da economia, até aqueles produzidos a título de contribuição para o debate, foi rechaçado com violência pelos torcedores.

O país foi perdendo o senso de autocrítica, também em parte porque o cenário externo benigno ajudava na torcida aqui.

Enquanto isso, a realidade se impôs. Nesses dois anos, a dívida bruta passou de 69% do PIB (Produto Interno Bruto) para 77%; a taxa de investimento recuou mais de 50%. O crescimento permanece errático no piso das projeções. O número mais dramático está no mercado de trabalho. Cerca de 1,2 milhão perderam o emprego.

Há quem argumente que a culpa é do empresário Joesley Batista, da JBS. Não tivesse ele gravado Michel Temer, o país estaria bem hoje. Raciocínio curioso. Ninguém da torcida percebeu que o país assumia esse risco ao empossar no Executivo máximo investigados da Lava Jato?

Mais recentemente, a responsabilidade pela piora recaiu sobre os caminhoneiros — como se uma paralisação generalizada de todo o sistema de distribuição de cargas fosse causa e não consequência dos desajustes da política econômica.

Passada a Copa, onde a torcida é parte do jogo, a economia seguirá paralisada, desta vez pelo embate político. O Brasil segue submergindo na torcida.

Alexa Salomão - Editora de 'Mercado'.

Fazenda e Câmara estudam mudar tributação de fundos exclusivos

11/07/2018 – Fonte: Bem Paraná

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, estudam mudar as regras de tributação de fundos exclusivos de investimentos, o que poderia garantir uma receita adicional de R\$ 6 bilhões a partir de 2019.

A discussão atual entre a equipe econômica e a Câmara é trazer de volta dispositivos de uma MP assinada pelo presidente Michel Temer em outubro do ano passado, que já previa que esses fundos fechados, para grandes investidores, passassem a seguir as mesmas regras de fundos abertos.

Essa MP deveria ser votada até 8 de abril deste ano para não perder a validade, mas Maia decidiu deixar o texto caducar.

O presidente da Casa afirmou na ocasião que o texto não seria analisado no plenário por "falta de acordo".

De acordo com Maia, um projeto de lei seria a melhor maneira de um assunto como esse tramitar no Congresso.

Segundo pessoas ouvidas pela reportagem, seria difícil votar um projeto de lei antes das eleições deste ano. Depois do recesso parlamentar, que se inicia na semana que vem, os deputados e senadores devem voltar as atenções para as campanhas.

O governo poderia, porém, enviar uma nova medida provisória. Isso não esbarraria na regra que veda a reedição de MPs em uma mesma sessão legislativa pois a anterior foi editada em 2017, dizem técnicos da Câmara.

Se avançar, o novo texto trará algumas mudanças em relação ao anterior, segundo pessoas próximas às conversas.

IGP-M na 1ª prévia de julho fica em +0,41% ante +1,50% na 1ª de junho, diz FGV

11/07/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) subiu 0,41% na primeira prévia de julho, após ter aumentado 1,50% na primeira prévia de junho. A informação foi divulgada na manhã desta quarta-feira, 11, pela Fundação Getulio Vargas (FGV). Com o resultado, o índice acumulou alta de 5,82% no ano e avanço de 8,13% em 12 meses.

A FGV informou ainda os resultados dos três indicadores que compõem a primeira prévia do IGP-M de julho. O IPA-M, que representa os preços no atacado, aumentou 0,34%, ante um avanço de 2,06% na primeira prévia de junho.

O IPC-M, que corresponde à inflação no varejo, apresentou elevação de 0,39% na prévia de julho, depois de uma alta de 0,54% em igual leitura de junho.

Já o INCC-M, que mensura o custo da construção, teve alta de 0,91% na primeira prévia de julho, depois do aumento de 0,18% na primeira prévia de junho.

O IGP-M é usado para reajuste de contratos de aluguel. O período de coleta de preços para cálculo do índice foi de 21 a 30 de junho. No dado fechado do mês de junho, o IGP-M subiu 1,87%.

IPAs

Os preços dos produtos agropecuários medidos pelo IPA Agrícola caíram 3,43% no atacado na primeira prévia do IGP-M de julho. Na mesma prévia de junho, houve elevação de 2,72%, informou a FGV.

Os produtos industriais no atacado, medidos pelo IPA Industrial, tiveram elevação de 1,63% na primeira prévia de julho ante alta de 1,84% na mesma prévia do mês anterior.

Dentro do Índice de Preços por Atacado segundo Estágios de Processamento (IPA-EP), que permite visualizar a transmissão de preços ao longo da cadeia produtiva, os bens finais tiveram elevação de 0,59% na primeira prévia de julho, depois do avanço de 1,98% na mesma prévia de junho.

Os preços dos bens intermediários tiveram aumento de 2,22% na prévia de julho, ante elevação de 2,76% na primeira prévia de junho. Os preços das matérias-primas brutas caíram 2,29% na primeira leitura de julho, após uma alta de 1,31% na mesma prévia de junho.

IPC-Fipe avança 0,63% na 1ª quadrissemana de julho

11/07/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 10-07-2018)

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que mede a inflação na cidade de São Paulo, subiu 0,63% na primeira quadrissemana de julho, perdendo força em relação ao avanço de 1,01% observado no fechamento de junho, segundo dados publicados hoje pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Na primeira leitura de julho, subiram com menor intensidade os segmentos Alimentação (de 3,14% em junho para 1,81% na primeira quadrissemana de julho), Transportes (de 1,01% para 0,59%) e Vestuário (de 0,27% para 0,19%).

Além disso, migraram para deflação ou recuaram com mais força os itens Despesas Pessoais (de 0,25% para -0,01%), Saúde (de 0,03% para -0,01%) e Educação (de -0,01% para -0,03%).

Por outro lado, os custos de Habitação mostraram aceleração, partindo de alta de 0,14% em junho para aumento de 0,30% na primeira prévia deste mês.

Veja abaixo como ficaram os componentes do IPC-Fipe na primeira quadrissemana de julho:

- Habitação:

0,30%

- Alimentação:

1,81%

- Transportes:

0,59%

- Despesas Pessoais:

-0,01%

- Saúde:

-0,01%

- Vestuário:

0,19%

- Educação:

-0,03%

- Índice Geral:

0,63%

Juro do crédito cai para pessoa física e empresas em junho

11/07/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 10-07-2018)

As taxas de juros em junho caíram em todas as modalidades para pessoas física e jurídica em relação a maio, segundo pesquisa feita pela Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac). A queda se deu mesmo depois de o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) ter se decidido pela manutenção da taxa básica de juro (Selic) em 6,50% ao ano no mês passado.

A taxa média de juros ao consumidor pessoa física caiu 0,04 ponto percentual na passagem de maio para junho, de 7,08% para 7,04%. A maior queda foi registrada no cartão de crédito, que recuou 0,09 ponto percentual, de uma taxa mensal de 12,02% em maio para 11,93% em junho. O segundo maior recuo, de 0,06 ponto percentual, ocorreu na modalidade cheque especial, que saiu de 12,03% em maio para 11,97% no mês passado.

O juro do comércio saiu de 5,30% em maio para 5,28% em junho, num recuo de 0,02 ponto percentual. O juro do Crédito Direto ao Consumidor (CDC) dos bancos para financiamento de automóveis também recuou 0,02 ponto percentual, de 1,89% ao mês em maio para 1,87% mensais em junho. Já o empréstimo pessoal nas financeiras saiu de 4,02% ao mês em maio para 4% em junho, num recuo de 0,02 ponto percentual.

PJs

O juro médio sobre empréstimos para empresas caiu 0,08 ponto percentual, de 3,94% em maio para 3,86% em junho. O juro sobre empréstimos para capital de giro caiu 0,10 ponto percentual de maio para junho, de 1,94% para 1,84%. O juro cobrado sobre as operações de crédito envolvendo descontos de duplicatas recuou 0,07 ponto percentual de 2,30% em maio para 2,23% em junho.

O juro sobre a conta garantida, modalidade de Capital de Giro – onde a instituição financeira disponibiliza um limite de crédito, mediante abertura de uma conta corrente, com garantia de recebíveis ou até mesmo garantia real -, caiu 0,09 ponto percentual, de 7,59% ao mês em junho para 7,50% em junho.

Atividade do comércio sobe 6,3% no 1º semestre, diz Serasa

11/07/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 10-07-2018)

O movimento de consumidores nas lojas do País cresceu 6,3% nos primeiros seis meses deste ano em relação a igual período de 2017, informa a Indicador Serasa Experian. Trata-se do melhor resultado para um primeiro semestre dos últimos cinco anos, acrescenta.

A despeito do crescimento da atividade do comércio nos seis primeiros meses, ainda não compensou a queda acumulada registrada nos dois anos anteriores. No primeiro semestre de 2016, houve declínio de 8,3% e recuo de 1,5% no mesmo período de 2017.

Conforme os economistas da Serasa, o juro baixo e a modesta expansão do crédito ajudaram a impulsionar as vendas de bens de consumo duráveis, que foram destaque no período em relação a segmentos ligados à massa de rendimentos.

A categoria de móveis, eletroeletrônicos e informática foi a que mais cresceu (14,9%) em comparação com os seis primeiros meses do ano passado, seguida pela de veículos, motos e peças (4,1%).

Em contrapartida, o segmento de supermercados, hipermercados, alimentos e bebidas apresentou retração de 1,9% no primeiro semestre no confronto com o mesmo período de 2017. Também houve recuo no ramo de combustíveis e lubrificantes, de 5,8%, no de tecidos, vestuário, calçados e acessórios, de 1,2%, e no de materiais de construção, de 6,1%.

B3: volume médio diário no segmento Bovespa sobe 69,5% em junho ante junho/2017

11/07/2018 – Fonte: EM.com

A B3 divulgou nesta quarta-feira, 11, seus destaques operacionais do mês de junho. O volume financeiro médio diário no segmento Bovespa ficou em R\$ 13,014 bilhões no mês passado, um crescimento de 69,5% ante o mesmo mês de 2017. Na comparação com maio, o volume total Bovespa caiu 8,3%.

No segmento BM&F, o volume médio diário de contratos cresceu 61,7% na comparação com junho de 2017, para 4,723 milhões de contratos, mas ante maio

representou queda de 7%. Na receita por contrato média, houve queda de 0,8% sobre junho do ano passado e alta de 11,3% ante maio.

No segmento Cetip, o sistema UTVM apresentou crescimento de 13% no volume financeiro registrado em renda fixa ante junho de 2017, e queda de 3,1% na comparação com maio deste ano.

O número de investidores ativos registrou aumento de 19,1%, para 732,2 mil em relação ao mesmo mês do ano passado, e de 4,3% sobre maio de 2018. Já a quantidade de empresas listadas não teve variação mensal, permanecendo em 403.

Dólar sobe e opera perto de R\$ 3,82 com piora da tensão comercial

11/07/2018 – Fonte: G1

Na véspera, a moeda norte-americana caiu 1,85%, vendida a R\$ 3,7994.

O dólar opera em alta nesta quarta-feira (11), diante do agravamento do cenário internacional depois que os Estados Unidos ameaçaram adotar novas tarifas sobre produtos da China, intensificando a disputa comercial entre as duas maiores economias do mundo.

Às 10h45, a moeda norte-americana subia 0,61%, vendida a R\$ 3,8226. Veja mais cotações.

Guerra comercial

A China acusou os EUA de intimidação e alertou que vai responder às ameaças de novas tarifas de 10% sobre US\$ 200 bilhões em produtos chineses na terça-feira (10). Os dois países vêm trocando constantes ameaças e aplicaram sobretaxas mútuas sobre produtos importados.



Entenda a piora da tensão comercial no mundo Pequim afirma que vai responder mais uma vez contra as medidas tarifárias de Washington, inclusive por "medidas qualitativas". Empresas norte-americanas na China temem que essa ameaça possa significar inspeções mais duras ou atrasos em aprovações de investimentos ou mesmo boicotes ao consumidor. Os US\$ 200 bilhões superam de longe o valor total de bens que a China importa dos EUA, o que significa que Pequim pode precisar pensar em maneiras criativas de responder a tais medidas dos EUA.

O montante corresponde a 40% das vendas chinesas anuais para os EUA.

Os mercados chineses e europeus também caíram nesta quarta-feira, e o iuan enfraqueceu após as novas ameaças. O principal índice de ações brasileiro, o Ibovespa, seguia a tendência internacional e operava em queda nesta sessão. Veja mais cotações.

Atuação do BC

Diante do cenário de maior cautela com ativos de risco, os investidores ficarão atentos a sinais de atuação do Banco Central no mercado de maneira extraordinária.

O BC anunciou leilão de até 14 mil swaps tradicionais, equivalentes à venda futura de dólares, para rolagem dos contratos que vencem em agosto, no total de US\$ 14,023 bilhões.

Por enquanto, o BC não anunciou intervenção extraordinária no mercado de câmbio para este pregão.

Na véspera, a moeda norte-americana caiu 1,85%, vendida a R\$ 3,7994.

Rota 2030 é positivo, mas setor não retoma tamanho pré-crise no médio prazo, diz Moody's

11/07/2018 – Fonte: Bem Paraná (publicado em 10-07-2018)

A agência de classificação de risco Moody's avaliou como positivo o Rota 2030, novo programa do governo brasileiro, lançado na semana passada, para estimular o setor automobilístico no país, mas se manteve cética em relação à retomada da indústria no médio prazo.

A Moody's diz que a nova política incentiva investimentos no segmento e alinha o setor melhor a um movimento global em direção à produção de veículos elétricos.

O Rota 2030 foi desenhado para substituir o antigo Inovar Auto, que expirou em dezembro, sem ferir as regras da OMC (Organização Mundial do Comércio) sobre protecionismo. O programa terá duração de 15 anos e será dividido em etapas - a primeira é de cinco anos.

Entre seus principais pontos estão a redução de IPI sobre veículos híbridos e elétricos, que são menos poluentes, e a possibilidade de empresas que investirem em pesquisa e desenvolvimento gerarem créditos fiscais de 10,2%. Esses créditos poderão totalizar um máximo de R\$ 1,5 bilhão para a indústria como um todo.

Em contrapartida, o setor terá que fazer um investimento mínimo de R\$ 5 bilhões em pesquisa e desenvolvimento por ano.

A Moody's destaca metas da política como aumentar a eficiência energética dos veículos brasileiros em 11% até 2022, incorporar tecnologias de auxílio à condução até 2027 e classificar os veículos de acordo com seus níveis de eficiência energética e segurança.

Citando recuperação do mercado interno, a agência diz que o desempenho das exportações não será tão crucial para o setor neste ano como em 2017. A turbulência econômica da Argentina, no entanto, levanta, segundo a Moody's, preocupações sobre a produção automotiva local no Brasil.

"Em 2017, um aumento de 48% nas exportações para os países vizinhos, especialmente a Argentina, ajudou a impulsionar a produção total de veículos do Brasil em 24%. O aumento da produção marcou a recuperação incipiente do setor automotivo brasileiro após a recessão econômica do país de 2014-16 reduzir a produção de automóveis em 41% em 2016 em comparação com 2013", disse a agência.

A Anfavea (associação dos fabricantes) estima que a produção deve crescer 11,9% em 2018, chegando a 3,021 milhões de unidades no final do ano, abaixo da alta de 13,2% estimada em janeiro.

"Embora acreditemos que um melhor ambiente de consumo no Brasil apoiará o crescimento do setor no curto prazo, não esperamos que o mercado automotivo brasileiro retome seu tamanho pré-recessão em termos de vendas e produção no médio prazo", concluiu a Moody's.

Com financiamento caro, consórcios ganham espaço

11/07/2018 – Fonte: Bem Paraná

Modalidade teve alta no ano passado em praticamente todos os segmentos



O Sistema de Consórcios, ao contrário de outros segmentos, tem só crescido nos últimos anos. Atualmente há mais de 6 milhões de consorciados ativos no País no setor de automotores novos e seminovos, segundo a Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (Abac).

Por segmento, o consórcio de veículos leves cresceu 4,6% nas vendas no primeiro trimestre de 2018, de motocicletas, avançou de 9,4%, de veículos pesados, 21,1% a mais que no mesmo período do ano passado.

No segmento imobiliário, são 850 mil, ainda de acordo com a Abac. Neste segmento, de janeiro a março foram contemplados 18,4 mil participantes, 9,5% a mais que no primeiro trimestre do ano passado. Os créditos disponibilizados para a compra de imóveis também cresceram 9,5%, atingindo R\$ 1,84 bilhão.

O avanço, segundo Mário Munhoz, gerente comercial de consórcios da Servopa, é resultado do alto custo do financiamento causado pela ainda alta taxa básica de juros. O preço do dinheiro ficou mais caro também por conta da elevação da inadimplência junto as financeiras de crédito pessoal.

Motos

Um dos segmentos que se destacou no período foi o de motos. Segundo o Consórcio Araucária — empresa associada à BR Consórcios — entre janeiro e abril de 2018 a venda de consórcios de motocicletas cresceu 28%, seguidos pelos de automóveis, com 17%. No geral, o Consórcio Araucária, em todas as categorias, teve um aumento de vendas em 6% nos primeiros quatro meses do ano.

O gerente regional do Consórcio, Aleksander Daré, destaca que em 2017 a categoria de motos foi o tipo de consórcio mais vendido, com 20% de aumento nas vendas em Curitiba e região em relação a 2016. Ele destaca que a flexibilidade e possibilidade de crédito sem a cobrança dos juros praticados pelo financiamento tradicional têm atraído cada vez mais o consumidor. Isso reforça as vantagens desse tipo de modalidade de investimento para aquisição de bens.

Os grupos de consórcios reúnem pessoas físicas ou jurídicas, promovidas exclusivamente por uma administradora devidamente credenciada pelo Banco Central para atuação neste segmento, com prazo de duração previamente estabelecido, com a finalidade de propiciar a seus integrantes a aquisição de bens móveis, imóveis e serviços, por meio de autofinanciamento.

Preço médio da gasolina nas refinarias sobe 0,78% nesta quinta-feira

11/07/2018 – Fonte: EM.com

A Petrobras anunciou que o preço médio do litro da gasolina A sem tributo nas refinarias, que entra em vigor nesta quinta-feira (12), será de R\$ 2,0527, indicando alta de 0,78% ante o atual R\$ 2,0369.

O preço do diesel, por sua vez, segue inalterado desde o dia 1º de junho em R\$ 2,0316.

A redução do preço do combustível foi uma das reivindicações dos caminhoneiros na greve feita no fim de maio.

Fiemg quer mobilização de empresários para barrar MP dos fretes

11/07/2018 – Fonte: EM.com



Na iminência de ser votada a Medida Provisória (MP) 832, conhecida como MP do Frete, na Câmara dos Deputados, a Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg) tenta mobilizar os empresários do estado para tentar barrar a adoção do tabelamento do frete.

Medida foi tomada pelo presidente Michel Temer (MDB) para tentar acabar com a greve dos caminhoneiros, desencadeada em maio. O estabelecimento do preço das viagens era um dos itens da pauta exigida para que as rodovias fossem liberadas e o movimento grevista finalizado.

Segundo o presidente da Fiemg, Flávio Roscoe Nogueira, o efeito da medida sobre a economia será “perverso”.

“Essa proposta é um absurdo e vai gerar um custo enorme para a sociedade, pois vai onerar todos os produtos que chegam aos lares brasileiros”, disse. Roscoe ainda pediu que os empresários mineiros e presidentes de sindicato a manifestarem aos parlamentares os pontos negativos da proposta.

Ainda de acordo com o presidente da Fiemg, a livre concorrência, que pauta atualmente a relação do mercado, será afetada e as consequências podem levar ao aumento dos custos e, com isso, impactar o consumidor.

“A sociedade não pode pagar mais essa conta em um momento que temos que resolver os problemas do Custo Brasil”, ressaltou.

O parecer elaborado pelo relator do texto na Câmara, deputado Osmar Terra (MDB-RS), atende à principal reivindicação dos caminhoneiros desde a greve de 1999, que é estabelecer pisos mínimos para o serviço de frete.

O texto não diz o valor dos pisos. Determina que eles serão calculados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), levando em conta o tipo da carga, a distância, o preço do diesel e os custos de pedágio.

Depois de aprovado no plenário da Câmara, o texto ainda precisa passar pelo plenário do Senado para ser convertida em lei. Se essas etapas não forem superadas até 7 de outubro, a MP perde validade e o tabelamento deixa de vigorar.

Os caminhoneiros pressionam para que a votação da MP seja concluída o quanto antes, porque sabem da dificuldade de reunir quórum para deliberação no Legislativo em período pré-eleitoral. Na prática, esta é a última semana de funcionamento do Congresso antes do recesso parlamentar.

Na semana passada, diante do risco de um impasse, algumas lideranças ameaçaram uma nova paralisação.

BYD expande presença no mercado global de ônibus elétricos

11/07/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 10-07-2018)



Cem ônibus 100% elétricos da BYD serão entregues a partir de novembro para rodar no sistema Transantiago do Chile

Montadora registra encomendas no Chile, Espanha e Noruega

A fabricante de veículos elétricos e baterias **BYD** anuncia a maior encomenda de **ônibus elétricos** feita até agora nas Américas: a empresa, que possui fábrica em Campinas (SP), assinou um acordo para a venda de cem unidades do K9FE para a cidade de Santiago, no Chile, em colaboração com a empresa de energia chilena ENEL.

Os veículos rodarão no sistema de transporte público Transantiago com início da operação dos e-buses previsto para o fim de novembro.

A venda é fruto de um teste realizado pelas duas empresas, a BYD e a ENEL, que introduziram dois ônibus 100% elétricos em Santiago em novembro do ano passado para operar em oito das artérias rodoviárias mais importantes da cidade. Após os testes, os veículos ganharam reconhecimento oficial. A frota adicional também vai operar nas principais avenidas da capital chilena.

Os e-buses serão equipados com as baterias BYD personalizadas para o mercado local a fim de atender as regulamentações de transporte do país.

“Operar um ônibus 100% elétrico da BYD é equivalente a reduzir as emissões de carbono de 33 carros. Além disso, os ônibus 100% elétricos são seguros, silenciosos e podem reduzir os custos operacionais em até 70%. Um ônibus 100% elétrico da BYD exige apenas 70 pesos chilenos para ser executado por quilômetro, em comparação com 350 pesos chilenos por quilômetro para ônibus de motores de combustão interna”, afirma a porta-voz da BYD no Chile, Tamara Berríos.

A fabricante chinesa comemora também a expansão de seus negócios na Europa: a empresa também conquista o maior pedido de ônibus elétricos de 12 metros na Espanha: serão quinze unidades para operar na cidade de Badajoz, encomendados pela Tubasa, operadora de transporte público que pertence ao grupo Ruiz, um dos principais deste setor no país. Eles serão entregues em 2019 e serão equipados com baterias de fosfato de ferro, com sistema de gerenciamento de térmico.

“Nosso potencial no mercado ibérico está crescendo rapidamente, com pedidos consecutivos da Espanha e de Portugal. Até agora, confirmamos a entrega de 32 ônibus 100% elétricos aos dois países até o verão de 2019, e temos confiança de que haverá mais por vir. Estamos satisfeitos com o fato de essas cidades já terem escolhido ônibus que não emitem poluentes, contribuindo com a qualidade do ar”, disse o diretor administrativo da BYD Europa, Isbrand Ho.

Além destes lotes, a empresa registra a venda de 42 ônibus também 100% elétricos

para a operadora Nobina, na Noruega, que fará o transporte de passageiros na capital Oslo. Os veículos de 18 metros de comprimento serão produzidos na China e terão sistema de carregamento via pantógrafo. A entrega também está prevista para 2019. O novo lote se unirá aos dois ônibus articulados 100% elétricos da BYD que funcionam em Oslo desde dezembro do ano passado.

“Nos próximos dez anos, Oslo está planejando administrar um sistema de transporte público de emissão zero e nós, juntamente com a BYD, estamos fazendo uma grande contribuição para tornar este plano realidade. Temos boas experiências com os dois ônibus articulados da BYD que estão em operação há seis meses em Oslo, inclusive nos desafiadores meses de inverno, e temos confiança de que o desempenho da nova frota atenderá às nossas expectativas”, declarou o diretor da Nobina, Jan Volsdal.

Librelato entra no mercado de autopeças com conceito premium

11/07/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 10-07-2018)



Meta é chegar a 50 pontos de venda com o mesmo padrão até 2020

A fabricante de implementos rodoviários Librelato lança seu conceito de loja premium para a venda de autopeças. A primeira unidade acaba de abrir as portas: localizada junto à sua fábrica de Içara (SC), a primeira Libreparts estabelece um novo padrão para a rede. Como meta, a empresa planeja inaugurar 50 novas lojas com o novo conceito até 2020.

“O objetivo é proporcionar a nossos clientes uma experiência única desde a recepção, passando por um atendimento sempre especializado e, sobretudo, serviços de alto padrão técnico”, explica o CEO da Librelato, José Carlos Spricigo.

Entre as características, a unidade Libreparts oferece liberdade ao cliente a partir do modelo inspirado em lojas de departamento, ao mesmo tempo em que oferece auxílio técnico de um consultor especialista a qualquer momento.

“O conceito de autosserviço em peças para implementos foi inserido na Librelato de forma pioneira. Desenvolvemos uma loja em nossa estrutura aplicando o novo modelo e adaptamos as variáveis do mercado de reposição para a área de implementos rodoviários”, reforça Spricigo. “Este modelo não é usual nesse setor, por isso recebeu adaptações para ganhar escala. Entendemos que teríamos que oferecer muito mais que uma loja e então desenvolvemos a Libreparts”, completa.

Além disso, a loja conta com um sistema logístico criado pela empresa que agiliza a reposição de estoque de cada unidade de forma instantânea, a fim de que esteja sempre abastecida por peças de maior giro.

Segundo a empresa, cada loja Libreparts será sempre vinculada a uma representante autorizada da marca, preferencialmente dentro da própria estrutura da revenda. A padronização de layout e visual, bem como do atendimento, será requisito padrão e exigido em cada nova unidade.



Polo 1.0 e 1.6 MSI recebem sensores de estacionamento traseiros opcionais

Volkswagen sobe preços e reduz versões na linha 2019 de 5 modelos

11/07/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 10-07-2018)

Polo, Virtus, Up!, Saveiro e SpaceFox recebem pequenas modificações de conteúdo

As concessionárias **Volkswagen** começam a vender a **linha 2019** dos modelos Polo, Virtus, Up!, Saveiro e SpaceFox. A montadora subiu preços, eliminou algumas versões e alterou parte das listas de equipamentos.

O Polo 1.0 2019 subiu R\$ 500 e começa agora em R\$ 50.490. No caso do Virtus, o valor de entrada passou para R\$ 61.390, R\$ 1,4 mil a mais.

O Polo 1.0 MPI, o 1.6 MSI e o Virtus 1.6 MSI passam a oferecer como opcionais o sensor de estacionamento traseiro e os retrovisores externos com ajuste elétrico e função "tilt down", recurso que baixa o foco do lado direito quando se engata a ré para facilitar manobras de estacionamento. Além disso, as versões MSI receberam de série o volante multifuncional.

O Up! 2019 perdeu a versão de entrada Take e parte agora de R\$ 51.290. No compacto, os faróis com luzes diurnas de LED são agora de série para toda a linha. E as versões Cross Up! e Pepper receberam controlador automático de velocidade.

Na picape Saveiro, saem de cena as versões Trendline Cabine Dupla, Highline Cabine Dupla e Cross Cabine Estendida. A opção Robust, mais em conta, parte agora de R\$ 49.440. Ficou R\$ 1.050 mais cara. Entre as mudanças divulgadas pela Volkswagen, as opções Robust e Trendline trazem calotas com novo desenho e a Saveiro Cross 2019 pode agora receber bancos com tecido marrom.

A perua SpaceFox 2019 ficou R\$ 2.410 mais cara na versão de entrada, Trendline, que sai agora por R\$ 62.700.

A Volkswagen passa a oferecer o pacote de opcionais Connect, que inclui central multimídia com tela de 6,5 polegadas sensível ao toque e volante multifuncional, mais rodas de liga leve de 15 polegadas, grade dianteira com acabamento preto brilhante, frisos laterais da cor do veículo e luzes de neblina (faróis e lanterna).



Grupo Volkswagen anuncia mudanças na gestão

11/07/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 10-07-2018)



Stefan Sommer (esq.) será o novo responsável pela área de compras do Grupo VW e Thomas Sedran assumirá a divisão de veículos comerciais da marca VW

Ex CEO da ZF, Stefan Sommer, assumirá compras e Thomas Sedran, a área de veículos comerciais VW

O conselho de supervisão do Grupo **Volkswagen** nomeou o ex-CEO da ZF, Stefan Sommer, como novo membro do conselho responsável global pela área de compras da companhia, cargo que assumirá em 1º de janeiro de 2019.

Sommer, deixou a função de CEO na sistemista no fim do ano passado (leia [aqui](#)) e passa a atuar no outro lado do balcão, antes como fornecedor, agora como OEM. Ele sucederá a Francisco Javier Garcia Sanz, que deixou a empresa em abril a pedido próprio, na época em que Herbert Diess assumiu a presidência do grupo (leia [aqui](#)).

Sommer é PhD em Engenharia e especializado em automação. Iniciou sua carreira em 1994 e em 1997 ingressou na Continental, em Hanover, Alemanha, como diretor de desenvolvimento de sensores eletrônicos.

Ocupou diversos cargos na empresa até chegar a vice-presidente sênior EBS Customer Center, até receber o convite da ZF para membro do conselho de administração para dirigir a divisão de suspensão. Em 2010, assumiu a gestão de materiais. Ele foi nomeado vice-presidente da ZF em janeiro de 2012. Em maio do mesmo ano, foi nomeado CEO da ZF.

Outra mudança é a nomeação de Thomas Sedran, atual secretário geral e vice-presidente sênior de estratégia do Grupo VW para assumir em 1º de setembro o cargo de CEO da marca Volkswagen veículos comerciais. Ele substituirá Eckhard Scholz, que está deixando o cargo a seu próprio pedido. A empresa informa que posteriormente anunciará o sucessor de Sedran.

Sedran é PhD em Economia e trabalhou em diferentes frentes, como consultor de gestão de 1988 a 2012. Neste meio, assumiu a responsabilidade global pelo centro de competência automotiva na consultoria Roland Berger até 2006. Também foi diretor administrativo para a indústria automotiva na consultoria de gestão AlixPartners em Munique.

Sedran tornou-se membro do conselho de administração da Adam Opel onde foi responsável pela estratégia e operações, além de CEO interino em 2012, assumiu ainda a responsabilidade pelas marcas Chevrolet e Cadillac na Europa como presidente e diretor executivo em julho de 2013. A Volkswagen nomeou-o vice-presidente sênior estratégia de grupo em 2015 e, além disso, ele foi nomeado secretário geral do Grupo VW em 2017.

Nissan admite nova falha em medições de emissões no Japão

11/07/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 10-07-2018)



Problemas na verificação de gases e consumo atingem 19 modelos

A **Nissan** informou ter medido de maneira inadequada as emissões de poluentes e o consumo de combustível de 19 modelos vendidos no **Japão**. Trata-se do segundo caso em menos de um ano em que a empresa descobriu irregularidades nos próprios processos de verificação.

A montadora informa ter encontrado ambientes de testes para emissões e consumo fora dos padrões na maioria de suas fábricas no Japão, gerando assim relatórios imprecisos.

As ações da Nissan fecharam em baixa de 5% na segunda-feira, 9, em seu menor valor em mais de um ano. Embora a notícia tenha sido divulgada após o pregão, a companhia havia dito anteriormente que faria um anúncio sobre seus testes de emissões, gerando especulações.

A nova confissão ocorre depois de a Nissan ter admitido em outubro de 2017 que, durante décadas, profissionais não certificados assinaram as verificações finais dos carros vendidos no Japão, o que provocou um recall de 1,2 milhão de veículos.

Ano passado a empresa chegou a suspender a produção de seus modelos para o mercado japonês a fim de corrigir os processos de inspeção.

"Percebemos que nossa conscientização quanto à conformidade continua falhando", afirmou a jornalistas o diretor de operações, Yasuhiro Yamauchi.

O executivo acrescenta que a empresa fará uma investigação sobre a questão, o que deve levar um mês ou mais. No comunicado, a Nissan informa que o problema não afeta a segurança dos usuários japoneses e também não compromete os veículos exportados a partir do Japão, já que estaria relacionado apenas aos requisitos do mercado interno.

Em 2016, as marcas Suzuki e Mitsubishi também admitiram irregularidades em processos de medição. Meses depois a Nissan comprou a Mitsubishi.

Vendas de veículos seminovos caem 50% no 1º semestre; os de 4 a 8 anos lideram

11/07/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 10-07-2018)

Veículos com até 3 anos rodados foram os únicos entre os usados a ter queda no período.

As vendas de veículos seminovos, que têm até 3 anos de uso, fecharam o 1º semestre com queda de 50,9% em comparação com o mesmo período de 2017, mantendo o cenário visto no começo do ano.

Os seminovos foram a única "faixa etária" a apresentar queda, após altas seguidas nos últimos 4 anos.

O volume total de vendas de veículos usados praticamente se manteve, com leve alta de 1,1%, também na comparação com o ano anterior. O que tem acontecido é que os carros mais velhos passaram a ser mais negociados.



Segundo a federação dos revendedores de usados, a Fenauto, os campeões de venda no 1º semestre foram os com 4 a 8 anos rodados ("usados jovens"), somando 2,73 milhões de unidades de janeiro a junho, volume 32% maior que o de 1 ano atrás.

Venda de veículos usados por idade
De janeiro a junho de 2018, em unidades

Seminovos (até 3 anos): 1.375.4384 a 8 anos: 2.731.9849 a 12 anos: 701.443+ de 12 anos: 1.158.831

O segundo maior montante foi o dos usados com 13 anos ou mais ("velhinhos"), com 1,49 milhão de unidades negociadas, 29% a mais.

Em terceiro ficaram os seminovos, com 1,37 milhão de vendas, superando apenas os usados de 9 a 12 anos ("maduros"), com 1,2 milhão de unidades negociadas, uma alta de 72% nas vendas, a maior entre os usados.

Ao todo, a venda de veículos usados somou 6,8 milhões de unidades, de acordo com a Fenauto.

Causas da queda

Segundo especialistas ouvidos pelo G1 em abril último, quando já havia forte queda dos seminovos, duas tendências derrubaram as vendas desses veículos:

- parte dos clientes passando a procurar veículos mais velhos porque o preço dos seminovos subiu nos últimos anos, com a forte procura;
- parte voltando a comprar carro zero
- As vendas de carros novos somaram foram 1,16 milhão de unidades de janeiro a julho, 14,5% a mais do que no mesmo período de 2017.
- *Comprou ou trocou seu carro neste ano? Conte sua história pelo VC no G1, pelo Fale Conosco ou pelo Whatsapp/Viber, no telefone (11) 94200-4444, com a hashtag #g1carros*